

MapaSAN 2018

Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional de 2018

O que é o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional - MapaSAN?

O MapaSAN é uma pesquisa realizada no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A pesquisa visa a coleta, sistematização e divulgação de informações sobre as estruturas dos diversos componentes do Sisan e as políticas públicas de SAN que visem à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nos estados e municípios, ampliando os instrumentos de monitoramento, avaliação e controle social de políticas públicas.

É uma pesquisa sistemática realizada pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), ambas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que ocorre de dois em dois anos, desde 2014. As informações coletadas na pesquisa irão contribuir para o aprimoramento de políticas públicas.

A Caisan Nacional disponibiliza diversas ferramentas informacionais além de relatórios e a própria base de dados do MapaSAN no portal da Caisan Nacional (www.caisan.gov.br) para acesso público de gestores, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa.

Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional de 2018 está organizado em 3 eixos temáticos:

Eixo 1) SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO

- Formulário 1 - Identificação do Órgão Respondente pelo município
- Formulário 2- Gestão da Política e do Sisan no âmbito municipal

Eixo 2) POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO.

- Formulário 3- Ações de SAN no âmbito municipal

Eixo 3) EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO.

- Formulário 4- Equipamentos Públicos de SAN
- Formulário 4.1. Feiras Livres
- Formulário 4.2. Restaurante Popular
- Formulário 4.3. Cozinha Comunitária
- Formulário 4.4. Banco de Alimentos
- Formulário 4.5. Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar

A quem destina-se esta pesquisa?

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste em uma política essencialmente intersetorial, o questionário do MapaSAN 2018 reflete essa intersectorialidade demandando que o gestor ou gestora responsável pelas informações declaradas na pesquisa seja alguém que conheça o melhor possível as ações de SAN realizadas nas diversas secretarias e demais órgãos municipais.

**OS BLOCOS AGRUPAM AS QUESTÕES POR ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS!
PARA GARANTIR A QUALIDADE E FIDELIDADE DAS INFORMAÇÕES FORNECIDAS NESTA
PESQUISA PELAS RESPECTIVAS SECRETARIAS: INSERIR OS DADOS NO QUESTIONÁRIO
ONLINE_SOMENTE APÓS A CONFIRMAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COM O SETOR RESPONSÁVEL.**

RECOMENDAMOS que o gestor ou gestora responsável pelo preenchimento do questionário PREFERENCIALMENTE tenha algum conhecimento da Política Segurança Alimentar e Nutricional (Nacional e/ou Estadual e/ou Municipal). É preferível que o(a) gestor(a) conheça o melhor possível as ações de SAN realizadas no município nas diversas áreas em que estas ocorrem deste modo sugerimos priorizar gestores que estejam vinculados aos órgãos abaixo listados, preferencialmente na seguinte ordem:

1. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (ou órgão similar de gestão intersetorial, caso exista)
2. Casa Civil ou Gabinete do(a) Prefeito(a)
3. Segurança Alimentar e Nutricional (Secretaria, Subsecretaria, Diretoria, Supervisão, Coordenação, Gerência, Núcleo, Célula, etc.)
4. Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)
5. Desenvolvimento Agrário ou Rural
6. Saúde
7. Educação
8. Direitos Humanos
9. Abastecimento
10. Planejamento, orçamento e gestão
11. Áreas responsáveis por políticas voltadas a Grupos sociais específicos, povos e comunidades tradicionais
12. Outras áreas

**ESTE QUESTIONÁRIO REQUER INFORMAÇÕES DE DIVERSAS ÁREAS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADAS NO MUNICÍPIO EM DIFERENTES ÓRGÃOS E SECRETARIAS
MUNICIPAIS!**

MapaSAN 2018 - Identificação do órgão municipal respondente da pesquisa	
1 - Nome do(a) responsável pelas informações fornecidas na pesquisa: (v8957)	Nome completo do(a) gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento e pelas informações apresentadas no questionário do MapaSAN 2105.
2 - Secretaria Municipal ou outro órgão ao qual está vinculado(a): (v9843)	Denominação do órgão da gestão municipal ao qual o gestor ou técnico responsável pelo preenchimento do questionário está vinculado.
3 - Setor / Departamento ao qual está vinculado(a): (v8959)	Setor do(a) gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento do MapaSAN 2015.
3.1 - Cargo/Função do responsável pelas informações fornecidas na pesquisa: (v8958)	Função ou cargo do(a) gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento e pelas informações apresentadas no questionário do MapaSAN 2015.
3.2 - Há quanto tempo exerce o referido cargo ou função (em anos)? (v13807)	
4 - Escolaridade do responsável pelas informações fornecidas na pesquisa: (v13808)	<input type="radio"/> Ensino fundamental completo <input type="radio"/> Ensino médio completo <input type="radio"/> Graduação tecnológica completa <input type="radio"/> Graduação (licenciatura ou bacharelado) completa <input type="radio"/> Especialização completa <input type="radio"/> Mestrado completo <input type="radio"/> Doutorado
5 - Há quanto tempo atua na gestão pública municipal? (v13809)	<input type="radio"/> Há menos de 1 ano <input type="radio"/> Entre 1 a 2 anos <input type="radio"/> Entre 3 a 4 anos <input type="radio"/> Entre 5 a 7 anos <input type="radio"/> Há mais de 8 anos <input type="radio"/> Não atua na gestão pública municipal (presta serviços especializados à gestão pública)
5.1 - Há quanto tempo atua na gestão pública municipal no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)? (v13810)	<input type="radio"/> Há menos de 1 ano <input type="radio"/> Entre 1 e 2 anos <input type="radio"/> Entre 3 e 4 anos <input type="radio"/> Entre 5 e 7 anos <input type="radio"/> Há mais de 8 anos <input type="radio"/> Não atua no âmbito da SAN na gestão municipal
6 - Nome do(a) gestor(a) responsável pela Secretaria Municipal ou outro órgão: (v9844)	Nome completo do(a) gestor(a) responsável administrativamente pelo órgão informado na questão 1.
7 - Cargo/Função do responsável pela Secretaria Municipal ou outro órgão: (v13736)	
8 - Rua / Avenida / Logradouro (v8961)	Rua, avenida ou logradouro do(a) órgão ao qual o gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento do MapaSAN 2015 está vinculado.
9 - Número (v8962)	Número do(a) órgão ao qual o gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento do MapaSAN 2015 está vinculado.
10 - Complemento (v8963)	Complemento do(a) órgão ao qual o gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento do MapaSAN 2015 está vinculado.
11 - Bairro (v8964)	Bairro do(a) órgão ao qual o gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento do MapaSAN 2015 está vinculado.
12 - Município (v8965)	

O município deve aparecer automaticamente neste campo, de acordo com o cadastro efetuado previamente. O sistema carrega esta informação automaticamente.

13 - UF (v8966)

O estado deve aparecer automaticamente neste campo, de acordo com o cadastro efetuado previamente. O sistema carrega esta informação automaticamente.

14 - E-mail (v8967)

Endereço de e-mail do(a) gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento do MapaSAN 2015.

15 - Telefone 1 (com DDD) (v8968)

Telefone de trabalho do(a) gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento.

16 - Telefone 2 (com DDD) (v9845)

Telefone de trabalho (pode ser celular ou outro) do(a) gestor(a) ou técnico(a) responsável pelo preenchimento.

17 - Como tomou conhecimento do MapaSAN 2018? (v13816)

18 - Você já participou do MapaSAN como respondente do município em alguma edição anterior da pesquisa? (v13817)

- Sim, participei como respondente pelo município somente do MapaSAN 2014
- Sim, participei como respondente pelo município somente do MapaSAN 2015-2016
- Sim, participei das duas outras edições do MapaSAN (2014 e 2015) como respondente
- O município participou do MapaSAN em uma ou mais edições anteriores, mas outra pessoa foi responsável pelo preenchimento do questionário
- O município não participou do MapaSAN em nenhuma das edições anteriores da pesquisa

MAPASAN 2018
FORMULÁRIO 2 - GESTÃO DA POLÍTICA E COMPONENTES DO SISAN

BLOCO 1

1 - As ações de segurança alimentar e nutricional são coordenadas por qual órgão municipal? (v8973)

- Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan
- Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou similar
- Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Diretoria, Secretaria Executiva, Secretaria Adjunta, Subsecretaria ou similar)
- Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Seção, Setor ou similar)
- Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Divisão, Superintendência ou similar)
- Gabinete do Prefeito
- Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)
- Secretaria de Agricultura (Abastecimento ou similar)
- Secretaria de Desenvolvimento Agrário/ Rural (com foco na Agricultura Familiar)
- Secretaria de Saúde (ou similar)
- Secretaria de Educação (ou similar)
- Outro órgão municipal
- Não há um órgão para coordenar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional
- Não Sabe

Marque qual é o espaço institucional específico para a gestão das ações de Segurança Alimentar e Nutricional no município.

Principais Conceitos:

Espaço institucional específico para a gestão das ações de Segurança Alimentar e Nutricional consiste em um órgão ou instância municipal qualquer, responsável pela gestão das ações de SAN no município, que pode ser uma Secretaria Municipal, ou subsecretaria, ou departamento, ou coordenação, ou superintendência, ou núcleo, ou qualquer outra instância de coordenação das ações de SAN em uma ou mais Secretarias Municipais.

1.1 - A qual secretaria municipal está vinculada o órgão que coordena as ações de SAN no seu município? (v13819)

- Gabinete do Executivo / Prefeito(a)
- Secretaria municipal de Assistência Social / Desenvolvimento Social ou órgão similar
- Secretaria municipal de Desenvolvimento Agrário / Agricultura / Abastecimento ou órgão similar
- Secretaria municipal do Trabalho / Empreendedorismo / Desenvolvimento Econômico ou órgão similar
- Secretaria municipal de Educação ou órgão similar
- Secretaria municipal de Saúde ou órgão similar
- Secretaria municipal de Direitos Humanos ou órgão similar
- Secretaria municipal de Cultura ou órgão similar
- Secretaria municipal de Esporte, Lazer, Juventude ou órgão similar
- Outra secretaria municipal
- Outro órgão municipal

1.2 - O órgão responsável pela coordenação das ações de SAN caracteriza-se como: (v13820)

- Órgão de articulação intersetorial, que coordena ações de SAN realizadas em diversas secretarias / setores de políticas públicas
- Órgão que coordena ações de SAN realizadas em apenas uma secretaria ou área de política pública
- Nenhuma das opções anteriores
- Não Sabe

Selecione a primeira opção caso o órgão que coordena as ações de SAN no município seja responsável pela articulação de ações realizadas em uma ou mais secretarias municipais.

Selecione a segunda opção caso o órgão seja responsável pelas ações de SAN realizadas APENAS e SOMENTE em uma secretaria municipal.

1.3 - O órgão responsável pelas ações de SAN articula/coordena ações em quais áreas de políticas públicas realizadas no município: (v13821)

- Abastecimento
- Agricultura e/ou Agropecuária
- Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)
- Ciência e Tecnologia
- Desenvolvimento Agrário ou Rural

- Desenvolvimento Econômico, Trabalho ou Empreendedorismo
- Direitos Humanos
- Educação
- Cultura, Esporte e Lazer
- Indústria e Comércio
- Pesca e aquicultura
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Saúde
- Setor de Obras e Infraestrutura
- Trabalho
- Turismo
- Urbanismo e Meio Ambiente
- Outras áreas
- Não sabe

Selecione as áreas de políticas públicas nas quais o órgão tem responsabilidade de coordenar ou articular ações de SAN

BLOCO 3

3 - O município já aderiu formalmente ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional? (v13860)

- Sim, o município aderiu formalmente ao Sisan Nacional
- Sim, o município está em meio ao processo de adesão ao Sisan Nacional
- Sim, o município já deu início ao trâmite de adesão ao Sisan junto à Caisan Estadual e ao Consea Estadual
- Não, o município ainda não aderiu ao Sisan Nacional, mas tem interesse em aderir em até um ano
- Não, o município ainda não aderiu ao Sisan Nacional, mas tem interesse em aderir em dois anos ou mais
- Não, o município não aderiu ao Sisan Nacional e não pretende aderir futuramente
- Não sabe

3.1 - O município tem interesse em aderir formalmente ao Sisan? (v13861)

- Sim, muito interesse por parte de gestores municipais
- Sim, algum interesse por parte de alguns gestores municipais
- Sim, pouco interesse por parte de gestores
- Não tem nenhum interesse em aderir ao Sisan no futuro
- Não Sabe

BLOCO 4

4 - O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea? (v9001)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecione a opção que informa a existência ou não do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) no município.

Principais Conceitos:

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea): constitui-se na "instância de participação social (em Segurança Alimentar e Nutricional), onde representantes de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e do setor privado, especialistas e profissionais de diferentes áreas reúnem-se com gestores públicos para construir proposições voltadas ao objetivo de assegurar e proteger o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) a todas as pessoas que vivem no território" municipal.

O Comsea tem atribuições semelhantes ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), quais são:
a) propor diretrizes e prioridades para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), segundo as conferências municipais de SAN;
b) monitorar e acompanhar a implementação e a convergência das ações inerentes à política e ao Plano Municipal de SAN no município; e
c) mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e implementação de ações públicas de SAN" no município.

Todos os estados já possuem Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS também tem

estimulado a criação desses Conselhos no âmbito municipal, para tratar de questões locais específicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional.

A instituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional é um requisito obrigatório para que o estado ou o município possa aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea): De acordo com o inciso II do artigo 11 da Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, é um órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, composto por 57 (cinquenta e sete) membros dos quais dois terços de são representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais.

Referências:

Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007 - Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea.

Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/94295/decreto-6272-07>

4.1 - Nome oficial do conselho municipal de SAN do seu município: (v13866)

Neste campo informe o nome oficial do conselho municipal de SAN do seu município.

4.1.1 - Endereço do conselho municipal de SAN: (v13868)

informar o endereço completo do Conselho Municipal de SAN

4.1.2 - Telefone do conselho municipal de SAN: (v13867)

informe o telefone para contato com o conselho municipal de SAN

4.1.3 - E-mail do conselho municipal de SAN: (v13869)

Informe o e-mail INSTITUCIONAL do conselho municipal de SAN

4.1.4 - Qual o endereço do Site/Página do conselho municipal de SAN na internet? (v9025)

Caso exista, inserir o endereço eletrônico do website, sítio ou página do Comsea na internet.

4.1.5 - Data de criação do conselho municipal de SAN: (v13870)

Informe a data de criação do conselho municipal de SAN, conforme consta no instrumento legal que o criou (Lei, Decreto, Portaria, etc.)

4.1.6 - Clique aqui para inserir o documento (em PDF) contendo a lei, decreto, portaria ou outro instrumento legal que criou o conselho municipal de SAN (v13871)

Clique no botão ao lado para enviar o arquivo em pdf que criou o conselho municipal de SAN de seu município.
O arquivo deve estar em PDF e deve conter o instrumento legal do tipo Lei municipal, decreto, portaria, etc. que efetivamente criou o conselho municipal de SAN do município.

4.2 - Nome do(a) Presidente do Conselho municipal de SAN: (v13876)

Neste campo informe o nome do(a) presidente do conselho municipal de SAN do município.

4.2.1 - Há quanto tempo exerce a função de Presidente do conselho municipal de SAN? (v13877)

- Há menos de 1 ano
- De 2 a 3 anos
- De 4 a 5 anos
- De 6 a 7 anos
- Há mais de 8 anos
- Não Sabe

Selecione a opção que corresponde ao tempo que o(a) presidente ocupa esta função no conselho municipal de SAN

4.2.2 - Instituição que o(a) Presidente representa no conselho municipal de SAN: (v13878)

Informe qual é a instituição que o(a) presidente representa no Conselho Municipal de SAN

4.2.3 - Sexo do(a) presidente do conselho municipal de SAN: (v13884)

- Masculino
- Feminino

Informe o sexo o(a) presidente do conselho municipal de SAN

4.2.4 - Telefone institucional do(a) presidente do conselho municipal de SAN: (v13881)

Informe o telefone para contato com o conselho municipal de san de seu município

4.2.5 - E-mail do(a) Presidente do conselho municipal de SAN: (v13882)

Informe o e-mail de contato do conselho municipal de SAN

4.3 - O conselho municipal de SAN está vinculado administrativamente a qual órgão municipal? (v9010)

- Gabinete do Prefeito
- Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)
- Secretaria de Agricultura ou Agropecuária (ou similar)
- Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural (ou similar)
- Secretaria de Saúde (ou similar)
- Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional ou similar
- Secretaria de Educação (ou similar)
- Abastecimento
- Outro órgão municipal
- Não há vínculo com nenhum outro órgão municipal
- Não Sabe

Selecionar a opção que corresponde ao órgão municipal ao qual o Comsea está vinculado administrativamente. Ou seja, a secretaria ou outro órgão que é responsável em manter o conselho em funcionamento, em termos administrativos.

4.4 - Qual a proporção entre o número de membros da sociedade civil e o de membros do governo representantes no Comsea? (v9002)

- Paritário (metade de governo e metade da sociedade civil)
- 1/3 governo e 2/3 sociedade civil
- Maioria de representantes de governo
- Outra Proporção
- Não Sabe

Selecione a opção que indica a proporção entre os conselheiros representantes da sociedade civil e do governo no Comsea. Caso a opção que corresponde á proporção existente no Comsea não esteja listada, marque a opção 4 e descreva qual é a proporção existente no campo a baixo.

4.4.1 - Quais áreas de governo estão representadas no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea? (v9004)

- Fazenda
- Planejamento
- Agricultura ou Agropecuária
- Desenvolvimento Agrário ou Rural
- Saúde
- Educação
- Assistência Social
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Casa Civil
- Direitos Humanos
- Trabalho
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Abastecimento
- Outras áreas de governo
- Não sabe

Marque as opções que correspondem às áreas do governo municipal que estão representadas no conselho municipal de SAN do município.

Importante: Lembre-se de que cada Secretaria ou órgão da administração pública municipal com assento no Comsea, eventualmente, pode corresponder a uma ou

mais áreas de políticas públicas. Se for este o caso (de uma secretaria acumular mais de uma área), selecionar todas as áreas correspondentes.

4.4.2 - Quais setores da sociedade civil estão representados no Conselho Municipal de SAN? (v9006)

- Movimento ou associação ou cooperativas de agricultores familiares
- Movimento ou agricultores sem terra ou assentados da Reforma Agrária
- Movimentos ou Associações de Bairro ou Comunitário
- Movimento sindical
- Representantes de pescadores artesanais
- Movimento agroecológico e outras pautas ambientais
- Movimento pastoral
- Representações Religiosas
- Sistema S (SENAI, SESI, SESC, SENAR, SEBRA, outros)
- Organização patronal da rede varejista, Associação de Comércio ou Varejista
- Área de Nutrição
- Movimento Popular de Saúde, setor da saúde
- Setor da Educação, Associação de Pais e Mestres, universidades
- Entidades sócioassistenciais
- Entidades de Direitos Humanos
- Organizações Não Governamentais (ONGs)
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Outros Conselhos Municipais
- Outros Setores da Sociedade Civil
- Não Sabe

Selecione as opções que correspondem aos setores da sociedade civil que estão representados no Comsea.

- Povos e Comunidades Tradicionais:

"Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (1). No Brasil, dentre os "povos" destacam-se os indígenas, os quilombolas, os caboclos, os pomeranos (povo de origem eslava ocidental das tribos dos Wendes) dentre outros. Dentre as comunidades tradicionais do Brasil, destacam-se faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro ou de matriz africana, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do araguaia e comunidades de fundo de pasto (2).

Referências Bibliográficas

(1)- Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

(2)- Ministério do Meio Ambiente. Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/terras-ind%C3%ADgenas,-povos-e-comunidades-tradicionais>

4.4.3 - Quais segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais estão representados no Comsea? (v9007)

- Andirobeiras
- Apanhadores de Flores Sempre Viva
- Benzedeiros
- Caatingueiro
- Caboclos
- Caiçaras
- Catadoras de Mangaba
- Cipozeiros
- Extrativistas
- Extrativistas marinhos e costeiros
- Faxinalenses
- Fundo e Fecho de Pasto

- Geraizeiros
- Ilhéus
- Morroquianos
- Pantaneiros
- Pescadores Artesanais
- Pomeranos
- Povos Ciganos
- Povos e Comunidades de Terreiro ou Matriz africana
- Povos Indígenas
- Quebradeiras de Coco Babaçu
- Quilombolas
- Raizeiras
- Retireiros do Araguaia
- Ribeirinhos
- Vazanteiros
- Outros segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais
- Não sabe

Selecione as opções que correspondem às representações de segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais com assento no Comsea do município.

4.5 - Quais são as Comissões Técnicas ou Câmaras Temáticas permanentes que estão em funcionamento no conselho municipal de SAN (inserir uma em cada linha) : (v13874)

Informe, caso existam, quais são as comissões temáticas ou comissões técnicas de caráter permanente em funcionamento no conselho municipal de SAN. **IMPORTANTE: INSIRA UMA COMISSÃO TEMÁTICA EM CADA LINHA OU CAMPO. PARA ADICIONAR UMA NOVA LINHA OU CAMPO CLIQUE NO SINAL [+] E PARA EXCLUIR UMA EXISTENTE CLIQUE NO SINAL [-]**

Conceitos fundamentais: Comissão Temática ou Técnica permanentes são constituídas por um BLOCO de conselheiros(as) para desempenhar alguma função mais específica de participação de controle social no âmbito do Sisan ou da política de SAN. Podem ser constituídas para aprofundar o debate em determinadas temáticas ou para elaboração, revisão e monitoramento do Plano de SAN do município, por exemplo. São exemplos de comissões ou câmaras temáticas ou técnicas permanentes aquelas relacionadas a temáticas específicas como por exemplo Equipamentos Públicos de SAN, Programa de Aquisição de Alimentos, Participação e controle Social, Fortalecimento das instâncias municipais do Sisan, Educação Alimentar e Nutricional, Doação de Alimentos, Povos e Comunidades tradicionais, etc.

4.6 - As decisões e ações previstas por lei para o Comsea têm qual caráter? (v9011)

- Consultivo – tem papel de propor e recomendar sobre as ações de SAN à gestão municipal
- Deliberativo – tem poder de decisão para determinar quais devem ser as ações da política de SAN na gestão municipal
- Consultivo e Deliberativo
- Não Sabe

Selecionar a opção que indica qual é o caráter decisório do Comsea, conforme está previsto em lei ou decreto ou qualquer outro instrumento legal que tenha criado o conselho.

Principais Conceitos:

Conselho Consultivo: é um espaço de discussão e de articulação entre governo e sociedade civil, com o objetivo de propor diretrizes, a partir do acompanhamento e do monitoramento de diversas políticas públicas e programas sociais que envolvam alimentação e nutrição. Constitui-se também em órgão de assessoramento da gestão municipal e tem papel de acompanhar de perto diversas políticas públicas (bem como seus indicadores), que contribuem para o direito humano à alimentação adequada e saudável. É papel do conselho consultivo, no âmbito do DHAA, estimular a participação da sociedade na formulação, na execução e no acompanhamento das políticas de segurança alimentar e nutricional, em especial aquelas relacionadas à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Conselho Deliberativo: as decisões aprovadas pelo conselho deliberativo têm caráter de implementação obrigatória por parte do gestor municipal nas áreas em

que o conselho tem competência.

Conselho Consultivo e Deliberativo: é uma composição das funções consultiva e deliberativa. Neste caso, deve ter caráter deliberativo apenas para determinadas decisões relacionadas a ações, programas ou políticas de SAN ou em competências específicas exercidas pelo conselho e não para a totalidade de suas decisões.

4.7 - Quais tipos de ações são desenvolvidas pelo Conselho municipal de SAN atualmente? (v13892)

Se 2 for selecionada abrir 4.7.1

- Controle Social das Políticas de SAN;
- Participação na construção das políticas municipais de SAN;
- Participação na elaboração do Plano Municipal de SAN;
- Elabora documentos de aconselhamento e cobrança aos governantes (pareceres, exposição de motivo e/ou recomendações)
- Organiza eventos, seminários, encontros e/ou cursos de formação sobre a temática de SAN
- Organização e realização de Conferência Municipal de SAN
- Outros tipos de ações são realizadas pelo conselho municipal de SAN

4.7.1 - Em quais políticas de SAN o Conselho Municipal de SAN realiza controle social? (v13893)

- Ações de saúde e nutrição
- Ações de garantia dos direitos socioassistenciais
- Inclusão produtiva e geração de renda
- Educação Alimentar e Nutricional
- Ações de ampliação ao acesso à água, como a construção de cisternas, barragens ou outras tecnologias sociais
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar
- Assistência técnica e extensão rural
- Fomento a organização em associação ou cooperativa para agricultura familiar
- Fomento a produção orgânica, agroecológica ou em transição
- Fomento a atividades produtivas rurais
- Fomento a produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológicos e da sociobiodiversidade.
- Abastecimento alimentar (garantia de disponibilidade de alimentos no município)
- Alimentação escolar
- Oferta de refeições
- Doação de alimentos
- Articulação e referenciamento com outros serviços públicos
- Apoio e/ou custeio gestão intersetorial da Política de SAN e/ou as ações da Caisan
- Outras ações, programas e políticas públicas de SAN

4.8 - Com relação ao Programa Aquisição de Alimentos (PAA) realizado no município, o Conselho Municipal de SAN tem qual participação? (v9867)

- Recebe as informações relativas ao PAA no município
- Participa da tomada de decisões a respeito das ações do PAA no município
- Participa do monitoramento do PAA no município
- Acompanha a distribuição dos alimentos do PAA no município
- Desenvolve outras atividades relativas ao PAA
- O PAA não é executado no município
- Não desenvolve nenhuma ação referente ao PAA
- Não Sabe

Marque as opções que indicam quais as funções que o Comsea desempenha com relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Principais Conceitos

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:

Foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de

compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

4.9 - Informe as principais ações que o Conselho Municipal de SAN realizou nos últimos 2 anos? (v13875)

4.10 - Qual a periodicidade das reuniões do Conselho Municipal de SAN? (v9012)

- Mensal
- Bimestral
- Semestral
- Anual
- Outra
- Não Sabe

Selecione a opção que indica de quanto em quanto tempo ou com qual periodicidade mais ou menos regular ocorrem as reuniões ordinárias do Comsea. Desconsiderar reuniões de Comissões Permanentes ou de Grupos de trabalho, assim como reuniões extraordinárias.

4.11 - Quando foi a última reunião do Conselho Municipal de SAN? (v9013)

- No último mês
- Nos últimos três meses
- Entre três meses e seis meses
- Entre seis meses e um ano
- Há mais de um ano
- Nunca fez reuniões
- Não Sabe

Selecionar a opção que indica quando foi realizada a última reunião ordinária do Comsea.
Desconsiderar reuniões de Comissões Permanentes ou Grupos de trabalho.

4.12 - O município dispõe de recursos orçamentários para o funcionamento do Conselho Municipal de SAN? (v9014)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informar se foram provisionados recursos no orçamento do município para o financiamento Comsea. O orçamento pode incluir, entre outros, o financiamento de um ou mais dos seguintes itens: recursos humanos, infraestrutura, ações de capacitação ou de outra natureza, material de consumo e de expediente, manutenção de equipamentos e de veículos, aquisição de móveis, veículos ou equipamentos, realização de conferências, encontros, eventos, etc.
Obs: podem ser considerados recursos orçamentários de qualquer natureza, desde que estejam previstos no orçamento do município.

- Recursos Orçamentários Municipal para o Comsea:
Recursos especificamente destinados para realização das atividades definidas para o Comsea no município.

4.12.1 - No ano de 2017, qual foi o valor previsto no orçamento do município para o funcionamento do Conselho Municipal de SAN? (v9015)

Apresentar o valor exato, em reais (não precisa colocar cifrão e o símbolo do real pois o sistema não irá permitir, já que neste campo somente são aceitos números), do recurso previsto no orçamento municipal para financiar o funcionamento do Comsea.

4.12.2 - No ano de 2018, qual foi o valor previsto no orçamento do município para o funcionamento do Conselho Municipal de SAN? (v13865)

Apresentar o valor exato, em reais (não precisa colocar cifrão e o símbolo do real pois o sistema não irá permitir, já que neste campo somente são aceitos números), do recurso previsto no orçamento municipal para financiar o funcionamento do Comsea no referido ano.

4.13 - Existe uma Secretaria Executiva para o Conselho Municipal de SAN? (v9016)

- Sim
- Não

Não Sabe

Selecionar a opção que reponda se existe ou não uma Secretaria Executiva para o funcionamento do Comsea.

- Secretaria Executiva do COMSEA:
Tem o papel de subsidiar tecnicamente e assessorar administrativamente o COMSEA (1).

Referência Bibliográfica

(1)- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Cadernos SISAN Nº 01/2011. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/seguranca-alimentar-e-nutricional/2011/estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/cadernos-sisan-2013-no-01-2011-estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

4.13.1 - Quantas pessoas trabalham na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de SAN (recursos humanos)? (v9017)

- uma pessoa
- duas pessoas
- três pessoas
- quatro ou mais pessoas
- Não há funcionários na secretaria executiva
- Não Sabe

Selecione a opção que indicar quantos trabalhadores atuam na Secretaria Executiva do Comsea.
Considerar qualquer tipo de contratação, seja funcionário público do quadro efetivo, cargo comissionado, terceirizado, prestador de serviços, etc.

4.13.2 - Que tipo de infraestrutura, móveis e equipamentos o Conselho Municipal de SAN dispõe para seu funcionamento? (v9018)

- Sala própria
- Sala Compartilhada
- Mesas
- Cadeiras
- Armários
- Aparelho de televisão (TV)
- Impressora
- Máquina fotográfica
- Projetor de Datashow
- De 1 a 3 computadores
- Mais de 3 computadores
- Acesso à internet
- Website específico da Caisan
- Telefone de uso exclusivo
- Telefone compartilhado com outros setores
- Possui 1 veículo de uso exclusivo
- Mais de 1 Veículo de uso exclusivo
- Não possui veículo próprio, mas utiliza veículos de algum órgão.
- Não sabe

Marque as opções que indicam quais são as infraestruturas disponíveis, quais tipos de móveis e equipamentos que o Comsea dispõem para o desempenho de suas funções.

4.13.3 - Quais tipos de apoio que o Conselho Municipal de SAN dispõe para o seu funcionamento? (v9027)

- Material de escritório e/ou expediente
- Apoio logístico (diárias, passagens, ressarcimento de gastos com deslocamento, veículos ou similar)
- Apoio para confecção de materiais gráficos
- Apoio de comunicação ou divulgação de suas ações
- Outro tipo de apoio
- Não possui estes apoios
- Não Sabe

Marcar as opções que correspondem aos tipos de apoio que o Comsea dispõe para o seu funcionamento.

4.14 - O Conselho Municipal de SAN recebe denúncias de violações de Direito Humano à Alimentação Adequada? (v9032)

- Sim
 Não
 Não Sabe

Selecionar a opção que informa se o Comsea recebe ou não denúncias de violações do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Principais Conceitos

Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA):

De acordo com o Comentário Geral nº 12 sobre o artigo 11 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.

“É um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva” (1). “O direito à alimentação adequada se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção” (2).

Violação do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA:

A Violação é resultado da ação e/ou omissão dos setores responsáveis pela a garantia do direito (DHAA), como também a inexistência, insuficiência ou dificuldade de acesso a mecanismos de recurso contra as violações, por meio dos quais a população possa recorrer para exigir os seus direitos e denunciar as violações (1).

Mecanismos de Exigibilidade do DHAA:

No âmbito administrativo é a possibilidade de exigir, junto aos organismos públicos diretamente responsáveis por ações que contribuam com a realização do DHAA, a promoção desse direito, bem como a prevenção, correção ou reparação das ameaças ou violações ao mesmo.

Referências

Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Organização das Nações Unidas. De 16 de Dezembro de 1966. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf

O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/publicacoes%20sisan/dhaasisan-miolo-030413.pdf/download>

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F., RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M.F. Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos - ABRAND. Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. ABRANDH - Brasília, 2010. Disponível em: http://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/manual_direito_humano__alimentao_adequada.pdf

Ministério Público Federal - MPF. Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais - PIDESC. Comentário Geral número 12. O direito humano à alimentação (art.11). Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto

Comissariado de Direitos Humanos/ONU - 1999. Disponível em:
<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf>

4.14.1 - Quais são as denúncias que o Conselho Municipal de SAN recebe? (v9033)

- Desvio de recursos públicos
- Irregularidades de programas e ações governamentais
- Desnutrição na população
- Produção, comercialização e distribuição de alimentos contaminados ou em má qualidade para consumo humano
- Má distribuição de cestas de alimentos
- Falta de acesso a programas e ações do governo
- Contaminação de trabalhadores ou agricultores por agrotóxico
- Contaminação de lavouras ou animais por agrotóxicos
- Contaminação e/ou intoxicação de crianças, jovens ou outras pessoas por agrotóxicos, na cidade ou no campo
- Contaminação de alimentos por agrotóxicos.
- Contaminação de recursos hídricos por agrotóxicos
- Pulverizações indiscriminadas de determinadas aéreas com Agrotóxicos
- Inadequação de ações e programas de governo a gru+V71:AE71pos específicos
- Interrupção/falta de continuidade de programas e ações do governo
- Falta de acesso a crédito para agricultura familiar
- Qualidade de alimentos produzidos em Equipamentos Públicos e/ou na Alimentação Escolar
- Qualidade ou escassez de água para consumo humano
- Vulnerabilidade Sócioeconômica de famílias ou populações
- Vulnerabilidade, Fome e/ou insegurança alimentar e nutricional grave de Povos e Comunidades Tradicionais
- Desmatamento ilegal de áreas protegidas
- Outros tipos de denúncia
- Não Sabe

Marcar quais são (um ou mais) os tipos de denúncias de violações do DHAA que têm sido recebidas pelo Comsea desde que foi criado.

Principais Conceitos

Desvio de recursos públicos: Mudança de direção da aplicação de recursos destinados aos programas e ações previstas por políticas públicas do Governo Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal.

Irregularidades de programas e ações governamentais: desacordo com os regulamentos" dos programas e ações do governo que versam "investimento no desenvolvimento do cidadão e das comunidades para desenvolvimento e crescimento do Brasil, previsto pelas políticas públicas.

Desnutrição na população: doença de natureza clínico-social multifatorial, cujas raízes se encontram na pobreza. Na primeira infância, está associada à maior mortalidade, à recorrência de doenças infecciosas, a prejuízos no desenvolvimento psicomotor, ao menor aproveitamento escolar e à menor capacidade produtiva na idade adulta.

Alimentos contaminados: alimentos que contenham presença de substâncias ou agentes estranhos, de origem biológica, química ou física que sejam considerados nocivos ou não para saúde humana. A contaminação de alimentos pode ocorrer por lixos ou sujidades de origem animal, doméstico, industrial e agrícola, cuja presença possa atingir níveis passíveis de constituir um risco para saúde.

Má distribuição de cestas de alimentos: a distribuição de cestas de alimentos a Grupos populacionais específicos e em estado de insegurança alimentar é uma política pública de caráter transitório e complementar, que contempla o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). Qualquer irregularidade no cumprimento desta política implica na violação do DHAA das populações por ela contempladas.

Falta de acesso a programas e ações do governo: dificuldade de aproximação ou ingresso, de ordem geográfica ou de exigência burocrática, em programas e ações do governo, previsto pelas políticas públicas de investimento no desenvolvimento do cidadão e das comunidades para desenvolvimento e crescimento do Brasil.

Contaminação de trabalhadores/as por agrotóxico: o uso indevido e inadequado de agrotóxicos causa altos índices de intoxicação, verificados entre os produtores e trabalhadores rurais, e provoca, ainda, a contaminação dos alimentos consumidos pela população, causando grandes danos econômicos e ambientais à sociedade.

Contaminação de lavouras por agrotóxicos e/ou defensivos agrícolas: ocorre quando utiliza-se agrotóxicos em grande escala provocando danos, não somente à saúde dos trabalhadores e consumidores de produtos agrícolas, como também ao meio ambiente, pelo aparecimento de resistência em organismos-alvo (pragas e vetores).

Inadequação de ações e programas de governo a Grupos específicos: a adequabilidade de políticas públicas requer uma investigação profunda e multidisciplinar de todas as áreas contempladas pelas políticas.
Interrupção/falta de continuidade de programas e ações do governo: descontinuidade de ordem política, administrativa, ou financeira na execução de programas e ações do governo, previsto pelas políticas públicas de investimento no desenvolvimento do cidadão e das comunidades para desenvolvimento e crescimento do Brasil que tragam prejuízo a garantia do DHAA.
Interrupção/falta de continuidade de programas e ações do governo: irregularidade ou inadequação do exercício da política de créditos de investimento (à agricultura familiar) que se destinam a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando a elevação da renda da família produtora rural. Pode ocorrer por dificuldade na obtenção de financiamento do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ou na apresentação ou de projeto técnico, ou de proposta simplificada de crédito, ou de crédito destinado à ampliação dos investimentos já financiados.

Referências:

Portal Brasil. Educação. Programas e ações. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/programas-e-acoas>

Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica -DAB. Portal da Saúde. Prevenção e Controle de Agravos Nutricionais. Desnutrição. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_pcan.php?conteudo=desnutricao

Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1/1997/prt0326_30_07_1997.html

Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Distribuição de Alimentos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/distribuicaodealimentos>

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(UFRRJ). Estatísticas. Disponível em: <http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/vene5.htm>

SILVA, J.M.; NOVATO-SILVA, E.; FARIA, H.P.; PINHEIRO, T.M.M. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. Ciênc. saúde coletiva v.10 n.4 Rio de Janeiro out./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ergonomianotrabalho.com.br/artigos/agrotrab.pdf>

VALENTE, F.L.S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.51-60, jan-jun 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/08.pdf>

Banco Central do Brasil. FAQ - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>

Dicionário Online de Português. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/>

4.15 - O Conselho Municipal de SAN mantém fluxo permanente de comunicação com o Conselho Estadual de SAN ? (v13894)

- Sim
- Não
- Não Sabe

4.15.1 - Descreva brevemente como ocorre o fluxo de comunicação com o Consea Estadual? (v13895)

Descreva brevemente como ocorre o fluxo de comunicação entre o conselho municipal de SAN e o Conselho Estadual de SAN.

BLOCO 5

5 - O Município possui Câmara Intersetorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan municipal) ou órgão similar? (v8976)

- Sim
- Não

○ Não Sabe

Selecionar a opção que informa se o Município possui ou não Câmara Intersetorial ou Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan Municipal (órgão ou instância governamental de gestão da política do/no Município).

IMPORTANTE: Não confundir com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Comsea, órgão de participação e controle social do Sisan!

Principais Conceitos:

Câmara (governamental) Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional: de acordo com o inciso VI do artigo 7º do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, consiste em uma instância de caráter estadual, distrital ou municipal, congênera à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional: de acordo com o inciso III do artigo 11 da Lei 11.346 (Losan), de 15 de setembro de 2006, é uma instância de caráter nacional integrante do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) que elabora e coordena a execução da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como articula os planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal. É integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional.

Intersetorialidade: de acordo com o texto de referência da II Conferência Nacional de SAN, significa ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto.

A intersetorialidade constitui-se uma das diretrizes base do SISAN para "a promoção da participação de vários setores do governo e da sociedade civil para a promoção de políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais em Segurança Alimentar e Nutricional"; prevista nos Decretos nº 6.272/2007 e nº 6.273/2007. Assim, manifesta-se pela integração das ações desenvolvidas pela Caisan com as ações desenvolvidas nos Equipamentos Públicos e nos setores da Assistência Social, da Educação, Saúde, Cultura, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente, entre outras. A intersetorialidade garante maior racionalidade na utilização dos recursos públicos, uma vez que se evita a superposição de ações, promovendo a complementaridade e ampliando a eficácia dos programas e ações de SAN realizadas no Município.

Referências:

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.

Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/leisan_2006

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan.

Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

Cadernos SISAN Nº 01/2011.

Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/estrutsisan_2011

5.1 - Nome oficial da Câmara Intersetorial de SAN ou órgão similar: (v13896)

5.1.1 - Qual a data de criação da Caisan municipal? (v8977)

Inserir a data de criação da Caisan Municipal, conforme consta no decreto ou portaria de criação ou Lei Municipal de SAN ou qualquer outro instrumento legal que tenha sido utilizado para sua criação.

5.1.2 - Clique aqui para inserir o documento (em PDF) contendo a lei, decreto, portaria ou outro instrumento legal que criou a Caisan Municipal (v13901)

Clique no botão ao lado para enviar o arquivo em PDF no qual consta a criação do conselho municipal de SAN do município.

O arquivo deve estar em PDF e deve conter o instrumento legal do tipo Lei municipal, decreto, portaria, etc. que efetivamente criou o conselho municipal de SAN.

5.1.3 - Endereço da Caisan Municipal: (v13898)

5.1.4 - Telefone da Caisan Municipal: (v13897)	
	Telefone do órgão da gestão municipal responsável pela coordenação / articulação das ações de SAN realizadas no município
5.1.5 - E-mail da Caisan Municipal: (v13916)	
	Informe o e-mail de contato do conselho municipal de SAN
5.1.6 - Endereço do Website/página da Caisan Municipal na internet: (v8994)	
	Inserir o endereço completo do website ou página da Caisan Municipal na internet, caso existe. Esta questão deverá aparecer caso tenha sido marcada a opção 13 "Website específico da Caisan Municipal".
5.1.7 - Quais são as Comissões Técnicas ou Câmaras Temáticas permanentes que estão em funcionamento na Caisan Municipal: (v13913)	
	Informe, caso existam, quais são as comissões temáticas ou comissões técnicas de caráter permanente em funcionamento na CAISAN. Conceitos fundamentais: Comissão Temática ou Técnica permanentes são constituídas por um BLOCO de técnicos para desempenhar alguma função mais específica no âmbito da política de SAN. Podem ser constituídas para aprofundar o debate em determinadas temáticas ou para elaboração, revisão e monitoramento do Plano de SAN do município, por exemplo. São exemplos de comissões ou câmaras temáticas ou técnicas permanentes aquelas relacionadas a temáticas específicas como por exemplo Equipamentos Públicos de SAN, Programa de Aquisição de Alimentos, Participação e controle Social, Fortalecimento das instâncias municipais do Sisan, Educação Alimentar e Nutricional, Doação de Alimentos, Povos e Comunidades tradicionais, etc.
5.2 - Nome do(a) Presidente da Caisan Municipal: (v13903)	
5.2.1 - Há quanto tempo exerce a função de Presidente da Caisan Municipal? (v13904)	
	<input type="radio"/> Há menos de 1 ano <input type="radio"/> De 2 a 3 anos <input type="radio"/> De 4 a 5 anos <input type="radio"/> De 6 a 7 anos <input type="radio"/> Há mais de 8 anos <input type="radio"/> Não Sabe
	Selecione a opção que corresponde ao tempo que o(a) presidente ocupa a função na Caisan municipal
5.2.2 - Cargo ou Função do(a) Presidente da Caisan Municipal: (v13905)	
5.3 - A Caisan Municipal está vinculada administrativamente a qual órgão municipal? (v8982)	
	<input type="radio"/> Gabinete do Prefeito <input type="radio"/> Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar) <input type="radio"/> Secretaria de Agricultura ou Agropecuária (ou similar) <input type="radio"/> Secretaria de Desenvolvimento Agrário ou Rural (ou similar) <input type="radio"/> Secretaria de Saúde (ou similar) <input type="radio"/> Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional ou similar <input type="radio"/> Secretaria de Educação (ou similar) <input type="radio"/> Abastecimento <input type="radio"/> Outro órgão municipal <input type="radio"/> Não há vínculo com nenhum outro órgão municipal <input type="radio"/> Não Sabe
	Selecionar a opção que representa o órgão municipal com o qual a Caisan Municipal tem vínculo administrativo.
5.3.1 - A Caisan Municipal dispõe de recurso orçamentário para a gestão de suas ações? (v8983)	
	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Sim, mas não sabe quanto <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não sabe
	Selecionar a opção que indica se a Caisan dispõe ou não de recurso orçamentário para a gestão de suas ações. Principais Conceitos

Recursos Orçamentários Municipais para a Caisan: recursos orçamentários especificamente destinados para a gestão e coordenação das ações do SISAN promovidas pela Caisan no município. São os recursos orçamentários que financiam as ações realizadas especificamente pela Caisan enquanto executora.

5.3.1.1 - Quanto de recurso foi disponibilizado para a Caisan Municipal no orçamento em 2017? (v8984)

Informar o valor, em reais, do orçamento municipal disponibilizado para financiamento do funcionamento da Caisan Municipal no ano de 2015.

5.3.1.2 - Quanto de recurso foi disponibilizado para a Caisan Municipal no orçamento em 2018? (v13918)

Informar o valor, em reais, do orçamento municipal disponibilizado para financiamento do funcionamento da Caisan Municipal no ano de 2015.

5.3.2 - A Caisan Municipal conta com uma Secretaria Executiva? (v8985)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecionar a opção que informe se existe ou não Secretaria Executiva da Caisan Municipal.

IMPORTANTE: Não confundir com Secretaria Executiva do Comsea.

Principais Conceitos:

Secretaria Executiva da Caisan: órgão que tem o papel de subsidiar tecnicamente e assessorar a Caisan em suas funções. Tem como responsável administrativa a Secretária/Secretário Executivo que dispõe de um corpo técnico pra realização das funções necessárias ao bom andamento das ações realizadas pela Caisan Municipal. Pode ou não dispor de uma estrutura física exclusiva ou um espaço dentro de um outro órgão público ao qual está administrativamente vinculada.

5.3.2.1 - Há quanto tempo existe a função de Secretaria Executiva da Caisan Municipal? (v13919)

- Menos de 1 ano
- 1 a 2 anos
- 3 a 4 anos
- 5 a 6 anos
- 7 a 8 anos
- Mais de 8 anos
- Não Sabe

5.3.2.2 - Há quanto tempo atua na área da Segurança Alimentar e Nutricional? (v13935)

- Menos de 1 ano
- 1 a 2 anos
- 3 a 4 anos
- 5 a 6 anos
- 7 a 8 anos
- Mais de 8 anos
- Não Sabe

Selecione a opção que corresponde ao tempo que o(a) presidente ocupa a função na Caisan municipal

5.3.2.3 - Área de formação do(a) Secretário(a) Executivo(a) da Caisan Municipal: (v13934)

Informe área de formação do(a) Secretário(a) Executivo(a) da Caisan Municipal. Em qual curso ou área de graduação ou pós-graduação o(a) gestor(a) possui formação (caso possua formação no ensino superior).

5.3.3 - Quantas pessoas trabalham na Secretaria Executiva da Caisan Municipal (recursos humanos)? (v8986)

Selecionar a opção que corresponda à quantidade de funcionários (inclusive terceirizados, temporários ou sob outra forma de contratação qualquer) que trabalham na Secretaria Executiva da Caisan Municipal.

IMPORTANTE: desconsiderar a(o) própria(o) Secretária(o) Executiva(o) da Caisan Municipal.

Referência Bibliográfica

(1)- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Cadernos SISAN Nº 01/2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/seguranca-alimentar-e-nutricional/2011/estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/cadernos-sisan-2013-no-01-2011-estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

5.3.4 - Que tipo de infraestrutura, móveis e equipamentos que a Caisan Municipal dispõe para seu funcionamento? (v8987)

- Sala própria
- Sala Compartilhada
- Mesas
- Cadeiras
- Armários
- Aparelho(s) de televisão (TV)
- Impressora
- Máquina fotográfica
- Projetor de Datashow
- De 1 a 3 computadores
- Mais de 3 computadores
- Acesso à internet
- Website específico da Caisan
- Telefone de uso exclusivo
- Telefone compartilhado com outros setores
- Possui 1 veículo de uso exclusivo
- Mais de 1 Veículo de uso exclusivo
- Não possui veículo próprio, mas utiliza veículos de algum órgão.
- Não Sabe

Marque as opções correspondentes à infraestrutura, móveis e equipamentos disponíveis para o funcionamento da Caisan Municipal. A questão admite múltiplas seleções.

5.3.5 - Quais tipos de apoio que a Caisan Municipal dispõe para o seu funcionamento? (v8996)

- Material de escritório e/ou expediente
- Apoio logístico (diárias, passagens, ressarcimento de gastos com deslocamento, veículos ou similar)
- Apoio para confecção de materiais gráficos
- Apoio de comunicação ou divulgação de suas ações
- Não possui nenhum destes apoios
- Não Sabe

Marque as opções correspondentes aos tipos de apoio que a Caisan Municipal dispõe para o seu funcionamento, indicando se a Caisan Municipal dispõe ou não de materiais de escritório e/ou de expediente, apoio na comunicação ou na confecção de material para seus funcionários, no exercício de suas funções.

5.4 - Quais áreas de governo estão representadas na Câmara Intersetorial/intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)? (v8980)

- Fazenda
- Planejamento
- Agricultura e/ou Agropecuária
- Desenvolvimento Agrário ou Rural
- Saúde
- Educação
- Assistência Social
- Segurança Alimentar e Nutricional
- Casa Civil
- Direitos Humanos
- Trabalho
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Abastecimento
- Não Sabe
- Outros

Marcar as opções (uma ou mais) que correspondem às áreas de governo que estão representadas na Caisan Municipal. Considerar todas as áreas de governo que estão presentes na constituição da Caisan Nacional, conforme o decreto, lei

ou portaria de criação da Caisan Municipal.

- Caráter Intersetorial da CAISAN:

A intersectorialidade constitui-se uma das diretrizes base do SISAN para "a promoção da participação de vários setores do governo e da sociedade civil para a promoção de políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais em Segurança Alimentar e Nutricional"; prevista nos Decretos nº 6.272/2007 e nº 6.273/2007. Assim, manifesta-se pela integração das ações desenvolvidas pela CAISAN com as ações desenvolvidas nos Equipamentos Públicos e nos setores da Assistência Social, da Educação, Saúde, Cultura, Trabalho, Agricultura, Meio Ambiente, entre outras, promovem a SAN, permitindo melhor atendimento às entidades e famílias da Rede de Proteção Social, além de garantir maior racionalidade na utilização dos recursos públicos, uma vez que se evita a superposição de ações e promove a complementaridade dos programas (1).

Referências Bibliográficas

(1)- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Cadernos SISAN Nº 01/2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestoadainformacao/disseminacao/seguranca-alimentar-e-nutricional/2011/estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/cadernos-sisan-2013-no-01-2011-estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

5.4.1 - Quando foi a última reunião do Pleno Secretarial ou Executivo da Caisan? (v8978)

- Há menos de um mês
- Há menos de três meses
- Entre três meses e seis meses
- Entre seis meses e um ano
- Há mais de um ano
- Nunca fez reuniões
- Não sabe

Selecionar a opção que representa quando foi a última reunião realizada pela Caisan Municipal. Considerar somente a reunião do Pleno de gestores, desconsiderando reuniões de comissões técnicas, de comissões permanentes ou temporárias, ou de Grupos de trabalho.

5.4.2 - Qual é a periodicidade das reuniões da Caisan Municipal? (v8979)

- Mensal
- Bimestral
- Trimestral
- Semestral
- Anual
- Não há periodicidade
- Não sabe

Selecionar a opção que corresponde à periodicidade de reuniões realizadas pela Caisan Municipal, indicando de quanto em quanto tempo acontecem as reuniões entre os gestores municipais (Pleno Gestor, Comitê Gestor ou equivalente). Desconsiderar reuniões de comissões técnicas, de comissões permanentes ou temporárias, ou de Grupos de trabalho.

5.5 - Quais tipos de ações são desenvolvidas pela Caisan Municipal no âmbito da gestão municipal? (v9853)

- Coordena a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no município
- Elabora o Plano Municipal de SAN
- Executa Ações de SAN no município
- Acompanha e responde ao Conselho Municipal de SAN
- Promove a intersectorialidade entre os setores governamentais
- Monitora e avalia a Política de SAN com base em indicadores e metas específicas
- Realiza outros tipos de ações
- A Caisan não tem desenvolvidos ações de SAN diretamente
- Não Sabe

Marcar as opções que correspondem aos tipos de ações que a Caisan Municipal desenvolve. Importante: A opção 3, que refere-se à execução direta de Ações de SAN, se marcada significa que a Caisan executa diretamente uma ou mais ações

ou programas de SAN do ponto de vista da execução orçamentária e responsabilidade administrativa.

Principais Conceitos:

Política de SAN: é um instrumento composto por ações, programas e políticas públicas que visam promover a segurança alimentar e nutricional e assegurar o direito humano à alimentação adequada no município.

Ações de SAN: toda e qualquer ação, programa ou política pública realizada no Município, que tenha como objetivo geral ou específico, a promoção da SAN ou a garantia progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada, sejam realizadas com recursos federais, estaduais ou municipais.

Intersetorialidade: de acordo com o texto de referência da II CNSAN, significa ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto.

Coordenação da Política de SAN: consiste na coordenação das ações de SAN que compõem a Política de SAN do Município, independentemente das secretarias ou órgãos municipais nos quais ocorram. Esta coordenação pressupõe articulação intersetorial entre as várias políticas, programas ou ações de SAN executadas no município (todas ou em parte), sejam elas financiadas com recursos municipais, estaduais ou federais e que estejam sob a gestão municipal.

Plano Municipal de SAN: Plano Municipal de SAN é o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Consiste no documento que materializa a Política de SAN no âmbito Municipal, onde constam as ações que a constituem, os órgãos participantes na execução destas ações, com diretrizes, objetivos e metas claras e objetivas, podendo ou não apresentar orçamento com as respectivas fontes de financiamento e diagnóstico da situação de (IN)SAN no Município.

Monitoramento e Avaliação (do Plano Municipal de SAN, da Política ou das Ações de SAN): consiste em um conjunto de ferramentas para aferição sistemática dos resultados com base nas metas intermediárias ou finalísticas e/ou de impacto das ações de SAN envolvendo todas as áreas contempladas no Plano Municipal de SAN ou na Política Municipal de SAN, caso existam. O sistema de monitoramento do Plano Municipal, das Ações ou da Política Municipal de SAN pode ser informatizado, com uma base de dados comum à todas as áreas envolvidas, ou não informatizado.

Referências:

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.

Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/leisan_2006

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan.

Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

Cadernos SISAN Nº 01/2011.

Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/estrutsisan_2011

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Plansan 2012/2015 Revisado.

Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/plansan_2012-2015_revisado

5.5.1 - Informe as ações de SAN (inserir uma em cada linha) que a Caisan Municipal executa diretamente: (v9854)

Listar ou enumerar as ações de SAN que a Caisan Municipal executa diretamente, caso a opção "3. Executa Ações de SAN no município" tiver sido marcada na questão 5.6

5.5.2 - Quais ações (inserir uma em cada linha) são desenvolvidas junto ao Conselho Municipal de SAN? (v13920)

5.5.3 - Quais ações (inserir uma em cada linha) são desenvolvidas para promover a intersetorialidade na política de SAN no município? (v13921)

5.5.4 - Quais são os principais desafios (inserir um em cada linha) para se efetivar a intersetorialidade das ações realizadas pelas Secretarias que fazem parte da Caisan Municipal? (v13922)

5.5.5 - Informe os principais resultados (inserir um em cada linha) que a Caisan Municipal alcançou nos últimos 2 anos: (v13902)

5.5.6 - Existe alguma rotina de comunicação consolidada entre a Caisan Municipal e a Caisan Estadual? (v14142)

- Sim
- Não
- Não Sabe

5.5.6.1 - Com que frequência, em média, corre a comunicação entre a Caisan Municipal e a Caisan Estadual? (v13924)

- Quinzenal
- Mensal
- Bimestral
- Trimestral
- Semestral
- Anual
- Não existe um fluxo de comunicação com a Caisan Estadual
- Não Sabe

5.5.6.2 - Como se caracteriza o fluxo de comunicação da Caisan Municipal com a Caisan Estadual? (v13937)

- Ocorre mais em função das demandas da Caisan Estadual
- Ocorre mais em função das demandas da Caisan Municipal
- O fluxo de comunicação é intenso e contínuo
- Resulta em boa articulação entre as ações do estado e do município
- Resulta em poucos resultados práticos na articulação entre ações estaduais e municipais
- Quando ocorre, a comunicação é apenas para informar ações ou resultados da Caisan Estadual
- Quando ocorre, a comunicação é apenas para informar ações ou resultados da Caisan Municipal
- A comunicação é bastante difícil e apresenta problemas

5.5.6.3 - Descreva brevemente como ocorre o fluxo de comunicação com a Caisan Estadual (v13938)

BLOCO 6

6 - O município já realizou uma (ou mais) Conferência(s) Municipal(is) de SAN? (v9035)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecionar a opção que informa se o municípios já realizou uma ou mais Conferências Municipais de SAN.

IMPORTANTE: não considerar conferências territoriais ou regionais ou mesmo participação do município em outras conferências por meio de representantes ou delegados.

- Conferências Municipais de SAN:

"São Instâncias "de participação social, assim como os COMSEAs, onde representantes de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e do setor privado, especialistas e profissionais de variada formação se reúnem com gestores públicos para construir proposições voltadas ao objetivo de assegurar e proteger o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável a todas as pessoas que vivem no território nacional" (1).

Referência Bibliográfica

(1)- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Cadernos SISAN Nº 01/2011. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/seguranca-alimentar-e-nutricional/2011/estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e>

6.1 - Em quais anos foram realizadas Conferências Municipais de SAN? (v9036)

- 2018
- 2017
- 2016
- 2015
- 2014
- 2013
- 2012
- 2011
- 2010
- 2009
- 2008
- 2007
- 2006
- 2005
- 2004
- Anterior a 2004

Marque (uma ou mais) a(s) opção(ões) que correspondem ao(s) ano(s) em que foi(ram) realizada(s) a(s) Conferências Municipal(is) de SAN.

Exemplo: Caso tenham sido realizadas conferências nos anos de 2007, 2011 e 2015, por exemplo, marque as três opções correspondentes.

6.2 - Quantas pessoas participaram da última conferência municipal de SAN realizada? (v9869)

Informe o número total de pessoas que participaram da Conferência de SAN mais recentemente realizada.

6.3 - Houve participação de representantes de governo municipal na última conferência? (v13939)

- Sim
- Não
- Não Sabe

6.3.1 - Quantos representantes governamentais participaram da última Conferência Municipal de SAN? (v13936)

Informe o número total de pessoas que participaram da Conferência de SAN mais recentemente realizada.

6.3.2 - Quantos representantes da sociedade civil participaram da última Conferência Municipal de SAN? (v14146)

Informe o número total de representantes da sociedade civil que participaram da Conferência de SAN mais recentemente realizada.

6.4 - Quais foram os principais temas e debates realizados na última conferência municipal de SAN? (v9873)

- Promover a Adesão do Município ao Sisan
- Criação, qualificação e/ou fortalecimento de instâncias do SISAN (Conferência, Comsea, Caisan, Lei Municipal de SAN, PLAMSAN) no município.
- Fortalecer a intersetorialidade das políticas de SAN e/ou a Caisan no município
- Fortalecer o controle e a participação social das políticas de SAN e/ou Comsea no município
- Ampliação do consumo de alimentos saudáveis (fruta, verdura, legumes, orgânicos, agroecológicos, da sociobiodiversidade, etc.) no município.
- Ampliação da produção de alimentos saudáveis (fruta, verdura, legumes, orgânicos, agroecológicos etc.) no município.
- Fortalecimento da agricultura familiar no município
- Qualificar políticas de SAN desenvolvidas no município
- Ausência de políticas ou problemas de acesso a políticas e programas de SAN necessárias para o município
- Qualidade ou escassez de água para consumo humano
- Vulnerabilidade, Fome e/ou insegurança alimentar e nutricional grave de famílias e/ou populações do município
- Vulnerabilidade, Fome e/ou insegurança alimentar e nutricional grave de famílias de Povos e Comunidades Tradicionais
- Uso de agrotóxicos e a contaminação de alimento, trabalhadores rurais, agricultores e recursos naturais.
- Outros temas
- Não Sabe

Marque quais (um ou mais) dos temas acima listados foram mais debatidos na última conferência municipal de SAN

6.5 - O município participou de alguma Conferência Estadual de SAN? (v9879)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecione a opção que informa se o município participou, com delegados ou representantes, de alguma Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de SAN

6.5.1 - Em que ano (mais recente) o município participou de uma Conferência Estadual de SAN? (v9880)

- 2015
- 2014
- 2013
- 2012
- 2011
- 2010
- 2009
- 2008
- 2007
- 2006
- 2005
- 2004
- 2003
- Anterior a 2003

Selecione a opção que corresponde ao ano mais recente da participação do município em alguma Conferência Estadual de SAN informada na questão anterior.

BLOCO 7

7 - O município possui Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Plamsan? (v9037)

- Sim
- Está em elaboração
- Não
- Não Sabe

Informar se o município elaborou o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) que esteja vigente.

Principais Conceitos

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: é um instrumento de gestão da Política Municipal de SAN, materializado em um documento no qual se estabelecem diretrizes, objetivos, metas, indicadores e orçamento para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito municipal.

Ter um plano de segurança alimentar e nutricional nos municípios é importante para coordenar o conjunto de programas e ações de segurança alimentar e nutricional das diversas secretarias municipais, evitando assim a fragmentação e a sobreposição de esforços e assegurando a unidade da ação desses planos com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN).

O PLAMSAN é um instrumento que normalmente apresenta os seguintes elementos: diagnóstico da situação de SAN; o mapeamento das ações de SAN nos três níveis administrativos; a definição de metas e prazos para a execução das ações; a articulação efetiva dos programas inseridos nos planos; informação dos titulares de direitos sobre os diferentes programas e ações que podem garantir o DHAA; o monitoramento das ações e programas de SAN; e o controle social.

Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: De acordo com o artigo 8º do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, o Plano é o principal instrumento de planejamento, gestão e execução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Referências

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan.
Orientações para a elaboração de um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados e municípios.
Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/orientacoesplansan_2014

Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN:
Instrumento de planejamento quadrianual da gestão pública contendo estratégias, ações e definição orçamentária para promover as diretrizes da Política Municipal de SAN, construído de forma intersetorial pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, com base nas prioridades estabelecidas pelo CONSEA a partir das deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

7.1 - Foi realizado um estudo ou diagnóstico atualizado da situação da SAN no município para a elaboração do Plano Municipal de SAN? (v13946)

- Sim, um diagnóstico atualizado da situação da SAN no município foi realizado especificamente para fundamentar a elaboração do Plano municipal de SAN
- O Plano Municipal foi elaborado com base em diagnóstico sobre a situação da SAN realizado anteriormente (pré-existente e anterior ao ano de elaboração do Plamsan)
- Não foi realizado estudo ou diagnóstico específico com a finalidade de subsidiar a elaboração do Plano Municipal de SAN, mas foram utilizados dados sobre a situação de SAN disponíveis e bases de dados municipais e outras fontes de informação
- Não foi realizado diagnóstico ou estudo da situação de SAN no município para subsidiar a elaboração do Plano municipal de SAN
- Não Sabe

7.2 - O Plano Municipal foi disponibilizado para acesso público? (v13941)

- Sim
- Não
- Não Sabe

7.2.1 - Quais foram os meios de divulgação do Plano Municipal de SAN? (v13942)

- Portal do Município, Comsea, Caisan ou outro website
- Redes Sociais (Facebook, Twitter, Instagram, etc.)
- Publicação (versão impressa ou eletrônica)
- Evento de Debate Público
- Outro meio de divulgação

7.2.2 - Endereço eletrônico do portal na web no qual foi disponibilizada a publicação do Plano Municipal de SAN: (v13943)

7.2.3 - Anexar arquivo PDF com o Plano Municipal de SAN... (v13945)

7.3 - Quais ações estão contempladas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional? (v9038)

- Ações de saúde e nutrição
- Ações de garantia dos direitos socioassistenciais
- Inclusão produtiva
- Educação alimentar e nutricional
- Ações de ampliação ao acesso à água, como a construção de cisternas, barragens ou outras tecnologias sociais
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar
- Assistência técnica e extensão rural
- Fomento a organização em associação ou cooperativa para agricultura familiar
- Fomento a produção orgânica, agroecológica ou em transição
- Fomento a atividades produtivas rurais
- Fomento a produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológicos e da sociobiodiversidade.
- Abastecimento alimentar

- Alimentação escolar
- Oferta de refeições
- Doação de alimentos
- Utilização de sistema informatizado para gestão, monitoramento e avaliação
- Articulação ou referenciamento com outros serviços públicos
- Capacitação de gestores e/ou conselheiros na área de SAN
- Pesquisa, estudos e diagnósticos
- Apoio e/ou custeio gestão intersetorial da Política de SAN e/ou as ações da Caisan
- Apoio ou custeio das ações do Comsea para incentivar o controle e a participação social
- Foram contempladas outras as ações
- Não Sabe

Selecione as opções (uma ou mais) que correspondem às ações de SAN que estão contempladas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional vigente.

- Ações de saúde e nutrição:

Ações que objetivam controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional.

- Ações de garantia dos direitos socioassistenciais:

Ações que garantam ao cidadão o acesso a "Política de Seguridade Social não contributiva, realizada através de um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas" (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS)(1).

- Inclusão produtiva:

Ações de capacitação e de inclusão de indivíduos desempregados no mercado de trabalho.

- Educação alimentar e nutricional - EAN:

A EAN "no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e Grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar" (2).

Construção de cisternas:

"A cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva, onde a água que escorre do telhado da casa é captada pelas calhas e cai direto na cisterna, onde é armazenada (...) O sistema de armazenamento por cisterna representa uma solução de acesso à água para a população rural de baixa renda do Semiárido brasileiro. Além da melhoria na qualidade da água consumida, a cisterna reduz o aparecimento de doenças em adultos e crianças" (3).

- Aquisição de alimentos da agricultura familiar:

Compra institucional de alimentos da agricultura familiar para Programas de Políticas Públicas (por ex.: Alimentação Escolar, Refeição em Unidades Hospitalares) eventos, copas de setores administrativo etc (4).

- Assistência técnica rural:

Serviços de capacitação, formação e assessoria prestados por técnicos, "cujo principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável" (5).

- Associação e cooperativa para agricultura familiar:

"É conceituada como um tipo de organização civil, constituída de produtores rurais e suas famílias, com o objetivo de dinamizar o processo produtivo rural desenvolvendo ações em benefício da comunidade por eles constituída" (6).

- Produção e Transição agroecológica:

Produção agroecológica é a produção sustentável de alimentos que segue princípios ecológicos para o manejo da produção rural. Transição agroecológica é a passagem uma produção convencional de alimentos para uma produção agroecológica (7).

- Abastecimento alimentar:

Iniciativas de planejamento, de articulação, econômicas, de logística, entre outras, que visam garantir que o alimento produzido na zona rural chegue permanentemente em condições saudáveis e em quantidade suficiente a mesa do cidadão de direito (8).

- Alimentação escolar:

"O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, bem como entidades filantrópicas, escolas comunitárias e escolas localizadas em áreas indígenas e em remanescente de quilombos. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência na escola, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos saudáveis" (9).

- Oferta de refeições:

É feita através de equipamentos públicos que fornecem refeições gratuitas ou a preços acessíveis, com subsídio do poder público, sem visar lucro financeiro.

- Doação de alimentos:

Ações de entrega gratuita de alimentos.

- Sistema informatizado para gestão, monitoramento e avaliação:

Ferramenta computacional que disponibiliza informações de Avaliação e Monitoramento das Políticas de SAN e/ou Plano Municipal de SAN.

- Articulação e referenciamento com outros serviços públicos:

Associação ou encadeamento de ações, entre serviços públicos, na área de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN.

- Capacitação de gestores e/ou conselheiros na área de SAN:

Ações de atualização, complementação, ampliação e disseminação de informações para os profissionais que atuam na gestão e na implementação de programas públicos em SAN e/ou a produção de Materiais educativos para o desenvolvimento de ações em SAN, tais como: cartilhas, panfletos, manuais, resumos técnicos.

- Pesquisa, estudos e diagnósticos:

Elaborados para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas para a garantia do DHAA.

Referências Bibliográficas

(1)- Ministério da Previdência Social - MPS. Legislação Específica. Agência Eletrônica-MPS Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/legislao-especifica-2/>

(2)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, DF 2012. Disponível em:

http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualizacao.pdf

(3)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Segurança Alimentar. Acesso à Água. Cisternas.

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/acessoagua/cisternas>

(4)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Segurança Alimentar. Departamento de Comercialização - DECOM. Programa de Aquisição de Alimentos. <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>

(5)- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria da Agricultura Familiar. Programas. PAA. <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica>

(6)- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural. COMO CRIAR E ADMINISTRAR ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS MANUAL DE ORIENTAÇÃO. Brasília - DF. 2009. Disponível em:

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/Manual_PRODUTORES.pdf

(7)- Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm
(8)- Federação Europeia de Banco Alimentares. O que fazemos. O Abastecimento. Disponível em: <http://bancoalimentar.pt/article/10>
(9)- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Apresentação. Disponível em: <http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>

7.3.1 - Para quais conjuntos de ações que constam no Plano Municipal de SAN o município destinou recursos municipais? (v14056)

- Ações de saúde, alimentação e nutrição
- Ações de garantia dos direitos socioassistenciais
- Inclusão produtiva e geração de renda
- Educação Alimentar e Nutricional
- Ações de ampliação ao acesso à água, como a construção de cisternas, barragens ou outras tecnologias sociais
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar
- Assistência técnica e extensão rural
- Fomento a organização em associação ou cooperativa para agricultura familiar
- Fomento a produção orgânica, agroecológica ou em transição
- Fomento a atividades produtivas rurais
- Fomento a produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.
- Abastecimento alimentar (garantia de disponibilidade de alimentos no município)
- Alimentação escolar
- Oferta de refeições
- Doação de alimentos
- Utilização de sistema informatizado para gestão, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de SAN
- Articulação e referenciamento com outros serviços públicos (metas quanto a intersetorialidade das ações)
- Capacitação de gestores e/ou conselheiros na área de SAN
- Pesquisa, estudos e diagnósticos
- Apoio e/ou custeio gestão intersetorial da Política de SAN e/ou as ações da Caisan
- Apoio ou custeio das ações do Comsea para incentivar o controle e a participação social
- Outras ações de SAN

7.4 - A elaboração do Plamsam contou com a participação da sociedade civil por meio do Comsea? (v9041)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecione a opção que informa se o processo de elaboração do PLAMSAN contou, em alguma das suas etapas, com a participação do Comsea ou, na sua ausência, de representantes sociedade civil organizada.

- Participação da sociedade civil na elaboração do Plano Municipal em Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN):

É prevista no Plano Nacional em Segurança Alimentar e Nutricional - Plansan. "Constituiu-se em etapa fundamental de diálogo entre sociedade civil e governo, tendo como objetivo incorporar as contribuições da sociedade civil e dos segmentos que tem representação no CONSEA" (1, p.47). A participação social na elaboração do Plano Municipal se dá por meio das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA.

Referência Bibliográfica

(1)- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Plano Nacional de segurança alimentar e Nutricional - 2012/2015. Disponível em: http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/arquivos/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf

7.4.1 - O Plano Municipal de SAN contemplou as deliberações da Conferência municipal de SAN? (v14058)

- Sim, contemplou todas as propostas da Conferência Municipal de SAN
- Sim, contemplou parte das propostas deliberadas na Conferência Municipal de SAN
- Sim, contemplou apenas algumas propostas, que estavam em consonância com a agenda do governo municipal
- O município não ainda não realizou uma Conferência Municipal de SAN
- Não contemplou nenhuma das propostas deliberadas na Conferência Municipal de SAN
- Não Sabe

1.

7.5 - Quais foram as secretarias e órgãos públicos municipais que participaram da elaboração do Plano Municipal de SAN? (v14057)

- Gabinete do Executivo / Prefeito(a)
- Secretaria municipal de Assistência Social / Desenvolvimento Social ou órgão similar
- Secretaria municipal de Desenvolvimento Agrário / Agricultura / Abastecimento ou órgão similar
- Secretaria municipal do Trabalho / Empreendedorismo / Desenvolvimento Econômico ou órgão similar
- Secretaria municipal de Educação ou órgão similar
- Secretaria municipal de Saúde ou órgão similar
- Secretaria municipal de Direitos Humanos ou órgão similar
- Secretaria municipal de Cultura ou órgão similar
- Secretaria municipal de Esporte, Lazer, Juventude ou órgão similar
- Caisan Municipal
- Consea Municipal
- Outra secretaria municipal
- Outro órgão municipal

7.6 - O Plamsan vigente foi elaborado em consonância com Plano Plurianual Municipal (PPA)? (v9040)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecione a opção que informa se o PLAMSAN vigente foi elaborado com a devida previsão orçamentária (total ou parcial) no Plano Plurianual (PPA) do município.

- Plano Plurianual (PPA):

É um instrumento constitucional de planejamento quadrienal da administração pública que dispõe diretrizes, objetivos, metas físicas e financeiras das políticas propostas e executadas pelo governo que "resultem em bens e serviços para a população". No PPA constam, detalhadamente, os atributos das políticas públicas executadas, tais como metas físicas e financeiras, público-alvos, produtos a serem entregues à sociedade, etc". É aprovado por lei, tendo vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Por sua disposição, o PPA permite também um maior controle social "sobre as ações concluídas pelo governo" (1).

- O porque da consonância entre o PLAMSAN e o PPA:

À semelhança do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) "deverá ser quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual". Assim, as ações planejadas para a política de SAN, estarão incluídas também nos PPAs. Ao aderir ao SISAN, sugere-se que o município elabore o seu PLAMSAN com periodicidade coincidente com os respectivos planos plurianuais, e com base nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e nas proposições das respectivas conferências municipais de SAN.

Referências Bibliográficas

(1)- Ministério do Planejamento. Planejamento e Investimentos. o PPA. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=s1086>

7.7 - Com relação a metodologia de revisão e continuidade do Plano Municipal de SAN, quais dos seguintes elementos foram previstos no documento? (v13947)

- Um período de vigência do Plamsan foi definido
- Uma metodologia de revisão do Plamsan antes do final da vigência
- Uma metodologia de revisão do Plamsan no final da vigência
- Uma metodologia para a elaboração do próximo Plano Municipal de SAN

7.7.1 - Qual a data de início da vigência do Plano Municipal de SAN? (v14050)

7.7.2 - Qual a data do fim da vigência do Plano Municipal de SAN? (v14051)

7.7.3 - Qual ano de vigência do Plano Municipal de SAN foi definido para realização de sua revisão? (v14052)

- Primeiro ano
- Segundo ano

- Terceiro ano
- Quarto ou último ano de vigência
- Não Sabe

7.8 - O município monitora o seu Plano Municipal de SAN? (v9042)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecione a opção que informa se o município realiza algum tipo de monitoramento das metas e indicadores constantes no PLAMSAN. O monitoramento pode ser através de instrumentos e ferramentas de monitoramento avaliação informatizadas ou não. Por exemplo: comissões ou Grupos de trabalho intersetoriais de monitoramento o realizam por meio de planilhas ou relatórios, ou sistemas informatizados.

- Monitoramento do Plano Municipal em Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN):

É de responsabilidade da Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do município (CAISAN-Município). Cabe à CAISAN indicar instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de implementação do PLAMSAN, de forma a aferir a realização progressiva do direito humano à alimentação adequada, o grau de implementação daquela Política e o atendimento dos objetivos e metas estabelecidas e pactuadas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (1).

- Monitoramento e avaliação de Políticas em SAN como um sistema:

Segundo o DECRETO Nº 7.272, 25/08/2010, o Sistema de monitoramento e avaliação "tem como princípios a participação social, equidade, transparência, publicidade e facilidade de acesso às informações". Deve "organizar, de forma integrada, os indicadores existentes nos diversos setores e contemplar as seguintes dimensões de análise: produção de alimentos; disponibilidade de alimentos; renda e condições de vida; acesso à alimentação adequada e saudável, incluindo água; saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; educação; e programas e ações relacionadas a segurança alimentar e nutricional". Deverá, ainda, "identificar os Grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero" (2).

Referencias Bibliográficas

(1)- Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN. Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN. Cadernos SISAN Nº 01/2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/seguranca-alimentar-e-nutricional/2011/estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/cadernos-sisan-2013-no-01-2011-estruturando-o-sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

(2) - Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

7.8.1 - Quais elementos são considerados no monitoramento do Plano Municipal de SAN? (v14059)

- Monitoramento dos Processos de Gestão - para acompanhamento da evolução da gestão e política de SAN no município
- Monitoramento da Execução das Ações de SAN - para acompanhamento da evolução da execução das ações e políticas públicas de SAN propostas no Plano
- Monitoramento de Indicadores de Resultado - evolução de indicadores relativos às metas das Ações de SAN estabelecidas no Plano
- Monitoramento/Avaliação de Impacto - avaliação dos impactos sobre os cidadãos de direito com relação aos benefícios efetivos alcançados pela política de SAN no município. Está relacionado com o acompanhamento da efetividade e do alcance dos Objetivos contidos no Plano de SAN

- Realização de balanço e revisão do Plano municipal de SAN - o balanço e a revisão do Plano de SAN devem ocorrer geralmente dois anos após sua elaboração, com o objetivo de avaliar os resultados, processo e impactos alcançados, viabilizando a revisão das metas, ações, orçamento, caso necessário
- Outros elementos ou tipos de indicadores de monitoramento

7.8.2 - O município divulga os resultados alcançados na execução do Plano Municipal de SAN? (v14060)

- Sim
- Não
- Não Sabe

BLOCO 8

8 - O Município possui Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional? (v8970)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Responder se o município possui uma Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ou Lei Orgânica de SAN.

IMPORTANTE: A LEI DE SAN REFERE-SE À CRIAÇÃO DOS COMPONENTES DO SISAN NO MUNICÍPIO!

Principais Conceitos:

Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: é um instrumento legal que institui os componentes do Sistema de SAN no âmbito do município e/ou a Política Municipal de SAN. É a Lei que cria e institui os componentes municipais do Sisan e também pode incluir a criação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional estabelecendo seus princípios, diretrizes, ações e objetivos.

No âmbito nacional a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, intitulada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a garantir a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

A LOSAN dispõe sobre a estrutura do SISAN pelo qual os órgãos governamentais das três esferas de governo e as organizações da sociedade civil devem atuar conjuntamente na formulação e implementação de políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional e de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Também estabelece mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade.

Segurança Alimentar e Nutricional: De acordo com o artigo 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 (Losan), a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Essa formulação foi consensuada no âmbito da II CNSAN realizada em 2004.

Referências:

Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006 – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN.

Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/leisan_2006

Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan.

Estruturando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

Cadernos SISAN Nº 01/2011.

Disponível em: http://issuu.com/informecaisan/docs/estrutsisan_2011

8.1 - Qual o número da Lei Municipal de SAN? (v8971)

Neste campo apresentar somente o número da Lei Municipal de SAN. Não inserir data ou ano de criação, que normalmente acompanha o número de uma lei e aparece depois de hífen ou barra. Esta informação (mês e ano) deverá ser inserida na questão seguinte. Também não utilize barra ou qualquer outro carácter que não seja número.

8.2 - Em que data a Lei de SAN foi promulgada? (v8972)

Apresentar a data da promulgação da Lei municipal de SAN. Promulgação é o instrumento legal que declara a existência da lei e ordena sua execução.

8.2.1 - Anexar o arquivo PDF contendo a Lei Municipal de SAN (v14063)

Anexar o arquivo com a Lei Municipal de SAN no formato PDF

8.3 - A Lei Municipal de SAN cria ou institui um ou mais componentes do Sisan no âmbito municipal? (v14061)

- Sim
- Não
- Não Sabe

8.3.1 - Quais componentes e mecanismos de gestão do Sisan são instituídos pela Lei Municipal de SAN? (v14062)

- Comsea Municipal – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- Secretaria Executiva do Comsea
- Estabelece mecanismo de financiamento da gestão do Comsea
- Caisan Municipal – Câmara Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- Secretaria Executiva da Caisan Municipal
- Estabelece mecanismo de financiamento da gestão da Caisan
- Estabelece mecanismo de financiamento da gestão do Sisan (todos os seus componentes) como um todo
- Conferência Municipal de SAN
- Estabelece mecanismo de financiamento da Conferência Municipal de SAN
- Define o Plano Municipal de SAN
- Estabelece mecanismo de financiamento das ações de SAN contempladas no Plano Municipal de SAN
- Cria ou institui uma Política Municipal de SAN
- Estabelece mecanismo de financiamento da política municipal de SAN
- Outros

BLOCO 9

9 - Quantas pessoas colaboraram fornecendo as informações fornecidas neste questionário de Gestão do Sisan? (v14064)

9.1 - Quais setores de governo, secretarias ou órgãos municipais forneceram informações utilizadas para responder este questionário de Gestão do Sisan? (v14065)

1. Gabinete do Executivo / Prefeito(a)
2. Secretaria municipal de Assistência Social / Desenvolvimento Social ou órgão similar
3. Secretaria municipal de Desenvolvimento Agrário / Agricultura / Abastecimento ou órgão similar
4. Secretaria municipal do Trabalho / Empreendedorismo / Desenvolvimento Econômico ou órgão similar
5. Secretaria municipal de Educação ou órgão similar
6. Secretaria municipal de Saúde ou órgão similar
7. Secretaria municipal de Direitos Humanos ou órgão similar
8. Secretaria municipal de Cultura ou órgão similar
9. Secretaria municipal de Esporte, Lazer, Juventude ou órgão similar
10. Caisan Municipal
11. Consea Municipal
12. Outra secretaria municipal
13. Outro órgão municipal

9.2 - Quais foram as principais dificuldades com as quais você se deparou ao responder este questionário? (v14066)

MAPASAN 2018 - FORMULÁRIO 3 - AÇÕES DE SAN

1 - Em quais áreas de políticas públicas são desenvolvidas ações de SAN no município? (v14067)

- Assistência Social ou Desenvolvimento Social ou Direitos Humanos
- Desenvolvimento Agrário ou Rural ou Abastecimento
- Desenvolvimento Econômico / Trabalho / Empreendedorismo
- Saúde
- Educação
- Cultura, Esporte e Lazer
- Pesca e Aquicultura
- Extrativismo e Meio Ambiente
- Outras áreas de políticas públicas
- Não Sabe

Considerar todas as ações de SAN realizadas no município, sejam financiadas com recursos federais, estaduais ou municipais

2 - Quais ações de SAN são realizadas no município atualmente? (v14068)

- Ações de saúde, alimentação e nutrição
- Ações de garantia dos direitos socioassistenciais
- Inclusão produtiva e geração de renda
- Educação Alimentar e Nutricional
- Ações de ampliação ao acesso à água, como a construção de cisternas, barragens ou outras tecnologias sociais
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar
- Assistência técnica e extensão rural
- Fomento a organização em associação ou cooperativa para agricultura familiar
- Fomento à produção orgânica, agroecológica ou em transição
- Fomento a atividades produtivas rurais
- Fomento à produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade.
- Abastecimento alimentar (garantia de disponibilidade de alimentos no município, seja do setor público ou privado)
- Alimentação escolar
- Oferta de refeições
- Doação de alimentos
- Utilização de sistema informatizado para gestão, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de SAN
- Articulação e referenciamento com outros serviços públicos (metas quanto a intersectorialidade das ações)
- Capacitação de gestores e/ou conselheiros na área de SAN
- Pesquisa, estudos e diagnósticos
- Apoio e/ou custeio gestão intersectorial da Política de SAN e/ou as ações da Caisan
- Apoio ou custeio das ações do Comsea para incentivar o controle e a participação social
- Outras ações
- Não Sabe

Considerar ações financiadas com recursos federais, estaduais ou municipais

3 - Há recursos previstos no orçamento municipal para o financiamento de ações de SAN (não considerar ações cujo recurso consta apenas como contrapartida a recursos estaduais ou federais)? (v9043)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecione a opção que informa se as Ações ou Políticas de SAN executadas pelo município (total ou parcialmente) estão previstas no orçamento municipal corrente. **IMPORTANTE:** não considerar dotação orçamentária proveniente de contrapartidas do governo estadual ou federal.

4 - Quais ações de SAN são realizadas e financiadas com recursos municipais? (não considerar ações cujo orçamento consta apenas como contrapartida municipal a recursos estaduais ou federais) (v14072)

- Ações de saúde, alimentação e nutrição
- Ações de garantia dos direitos socioassistenciais
- Inclusão produtiva e geração de renda
- Educação Alimentar e Nutricional
- Ações de ampliação ao acesso à água, como a construção de cisternas, barragens ou outras tecnologias sociais
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar
- Assistência técnica e extensão rural
- Fomento a organização em associação ou cooperativa para agricultura familiar
- Fomento à produção orgânica, agroecológica ou em transição

- Fomento a atividades produtivas rurais
- Fomento à produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, de base agroecológica e da sociobiodiversidade
- Abastecimento alimentar (garantia de disponibilidade de alimentos no município, seja do setor público ou privado)
- Alimentação escolar
- Oferta de refeições
- Doação de alimentos
- Utilização de sistema informatizado para gestão, monitoramento e avaliação do Plano Municipal de SAN
- Articulação e referenciamento com outros serviços públicos (metas quanto a intersectorialidade das ações)
- Capacitação de gestores e/ou conselheiros na área de SAN
- Pesquisa, estudos e diagnósticos
- Apoio e/ou custeio gestão intersectorial da Política de SAN e/ou as ações da Caisan
- Apoio ou custeio das ações do Comsea para incentivar o controle e a participação social
- Outras ações
- Não Sabe

CONSIDERAR SOMENTE AÇÕES DE SAN FINANCIADAS TOTALMENTE OU MAJORITARIAMENTE COM RECURSOS MUNICIPAIS
DESCONSIDERAR AÇÕES DE SAN NAS QUAIS O MUNICÍPIO CONTRIBUI APENAS COM CONTRAPARTIDA

4.1 - No total, qual foi valor previsto no orçamento de 2017 para financiamento das ações de SAN realizadas pelo município? (considere a SOMA do orçamento das ações de SAN realizadas em cada secretaria/setor e que sejam financiadas com recursos municipais) (v9881)

Informar o valor total previsto no orçamento que corresponde ao somatório dos orçamentos das ações de SAN em cada órgão ou área da gestão municipal previstas para o ano de 2017.
Importante: considerar apenas valores dos recursos exclusivamente municipais, desconsiderando recursos de fontes estaduais e federais. O valor total aqui inserido deve corresponder a soma do orçamento de recursos provenientes de fontes municipais destinadas para financiamento das ações de SAN realizadas pelo município

4.2 - No total, qual foi valor previsto no orçamento de 2018 para financiamento das ações de SAN realizadas pelo município? (considere a SOMA do orçamento das ações de SAN realizadas em cada secretaria/setor e que sejam financiadas com recursos municipais) (v9882)

Informar o valor total previsto no orçamento que corresponde ao somatório dos orçamentos das ações de SAN em cada órgão ou área da gestão municipal previstas para o ano de 2018.
Importante: considerar apenas valores dos recursos exclusivamente municipais, desconsiderando recursos de fontes estaduais e federais. O valor total aqui inserido deve corresponder a soma do orçamento de recursos provenientes de fontes municipais destinadas para financiamento das ações de SAN realizadas pelo município

4.3 - As ações de SAN selecionadas na questão 4.1 foram previstas no Plano Plurianual do município? (v9883)

- Sim, todas as ações de SAN foram previstas no PPA
- Sim, a maioria das ações de SAN foram previstas no PPA
- Sim, algumas ações de SAN foram previstas no PPA
- Nenhuma ação de SAN foi prevista no PPA
- Não sabe

Selecionar a opção que informa se as ações de SAN foram previstas no Plano Plurianual do município, total ou parcialmente.

5 - O município realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)? (v9056)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Selecione a opção que informa se o município realiza/promove ou não ações de Educação Alimentar e Nutricional.

Principais Conceitos
Educação Alimentar e Nutricional (EAN): é um campo de conhecimento e de

prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

5.1 - Em quais áreas de políticas públicas são desenvolvidas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no seu município? (v14078)

- Saúde
- Educação
- Assistência Social / Desenvolvimento Social / Direitos Humanos
- Desenvolvimento Agrário ou Rural / Abastecimento
- Desenvolvimento Econômico / Trabalho / Empreendedorismo
- Cultura, Esporte e Lazer
- Pesca e Aquicultura
- Extrativismo e Meio Ambiente
- Outra(s) área(s)

5.1.1 - Quais são as fontes de financiamento das ações de EAN realizadas no município? (v10026)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo Estado
- Recursos repassados pelo Governo Federal
- Parcerias com a iniciativa privada
- Não há financiamento para as ações de EAN
- Não sabe

Identifique quais fontes de financiamento são utilizadas para viabilizar a realização das ações Educação Alimentar e Nutricional.

5.1.2 - Quais as fontes de financiamento das ações de EAN realizadas na área da Assistência/Desenvolvimento Social? (v14079)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo estado
- Recursos repassados pelo governo federal
- Parcerias com iniciativa privada
- Não há financiamento para as ações de EAN
- Não sabe

Identifique quais fontes de financiamento são utilizadas para viabilizar a realização das ações Educação Alimentar e Nutricional.

5.1.3 - Quais as fontes de financiamento das ações de EAN realizadas na área da Saúde? (v14080)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo estado
- Recursos repassados pelo governo federal
- Parcerias com iniciativa privada
- Não há financiamento para as ações de EAN
- Não sabe

Identifique quais fontes de financiamento são utilizadas para viabilizar a realização das ações Educação Alimentar e Nutricional realizadas no âmbito da Saúde.

5.1.4 - Quais as fontes de financiamento das ações de EAN realizadas na área da Educação? (v14081)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo estado
- Recursos repassados pelo governo federal
- Parcerias com iniciativa privada
- Não há financiamento para as ações de EAN
- Não sabe

Identifique quais fontes de financiamento são utilizadas para viabilizar a realização das ações Educação Alimentar e Nutricional no âmbito da Educação.

5.2 - Os recursos municipais para o desenvolvimento das ações de EAN foram previstos no Plano Plurianual Municipal (PPA)? (v14086)

- Sim, totalmente.
- Sim, parcialmente.
- Não
- Não sabe
- Não há recursos municipais para o desenvolvimento de ações de EAN

5.3 - Caso seu município possua Câmara Intersectorial de SAN, quais das suas estruturas organizacionais são responsáveis por coordenar ou realizar as ações de EAN? (v14094)

- Comissões Técnicas Permanentes ou similar
- Grupos de Trabalho ou similar
- Outras estruturas da Caisan Municipal
- Outros setores, órgãos ou estruturas do município
- O município não possui Caisan ou órgão intersectorial similar
- Não sabe

6 - As ações de EAN são concebidas em articulação com diversos setores governamentais de maneira intersectorial? (por exemplo, educação, saúde, assistência social, etc.) (v10027)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se as ações de Educação Alimentar e Nutricional são ou não são articuladas intersectorialmente entre um ou mais setores governamentais.

Principais Conceitos:

Intersetorialidade: ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto.

Multiprofissionalidade: é considerada uma estratégia que orienta e possibilita uma justaposição de diversas áreas profissionais onde cada profissional atuará de acordo com o seu saber especializado visando um objetivo comum. Neste caso a consecução da Educação Alimentar e Nutricional. O multiprofissional abrange muitas disciplinas ou profissionais. É uma troca de informações entre as especialidades, mas não há modificação ou inclusão de conhecimento nas áreas envolvidas. Neste caso, o profissional busca informações de uma área específica com outro especialista para avaliar a melhor estratégia de Educação Alimentar e Nutricional nos diversos setores.

6.1 - Quais são os atores envolvidos na definição das ações de EAN realizadas no município? (v14083)

- Representantes da Caisan Municipal.
- Representantes do governo municipal da área da Saúde
- Representantes do governo municipal da área da Educação
- Representantes do governo municipal da área da Assistência Social
- Representantes do governo municipal da área da Agricultura / Desenvolvimento Agrário
- Representantes da Sociedade Civil organizada
- Outros setores governamentais
- Outros setores da sociedade civil
- Não Sabe

Informe em quais áreas as ações de Educação Alimentar e Nutricional são articuladas intersectorialmente entre um ou mais setores governamentais ou com a sociedade civil organizada.

Principais Conceitos

Intersetorialidade: ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto.

6.2 - As ações de EAN são planejadas, executadas ou monitoradas de maneira intersectorial? (v14087)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se as ações de Educação Alimentar e Nutricional são ou não são articuladas intersectorialmente ou multiprofissionalmente entre um ou mais setores governamentais.

Principais Conceitos

Intersetorialidade: ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto.

Multiprofissionalidade: é considerada uma estratégia que orienta e possibilita uma justaposição de diversas áreas profissionais onde cada profissional atuará de acordo com o seu saber especializado visando um objetivo comum. Neste caso a consecução da Educação Alimentar e Nutricional. O multiprofissional abrange muitas disciplinas ou profissionais. É uma troca de informações entre as especialidades, mas não há modificação ou inclusão de conhecimento nas áreas envolvidas. Neste caso, o profissional busca informações de uma área específica com outro especialista para avaliar a melhor estratégia de Educação Alimentar e Nutricional nos diversos setores.

6.2.1 - Em quais etapas as ações de EAN são realizadas de maneira intersetorial, envolvendo duas ou mais áreas de políticas públicas, secretarias ou órgãos municipais? (v14088)

- O planejamento é realizado intersetorialmente
- Ações de EAN são executadas de maneira intersetorial
- O monitoramento das ações de EAN é realizado de maneira intersetorial
- Não sabe

Intersetorialidade: ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto.

6.2.2 - Quais secretarias/órgãos participam do planejamento, execução ou do monitoramento das ações de EAN no Município? (v14089)

- Assistência social
- Educação
- Saúde
- Desenvolvimento Agrário/Agricultura
- Trabalho
- Abastecimento
- Outras áreas
- Não sabe

6.3 - As ações de EAN realizadas pelo município contam com a participação de Organizações da Sociedade Civil seja no planejamento, na execução ou no monitoramento? (v14090)

- Sim
- Não
- Não Sabe

6.3.1 - Quais setores da sociedade civil organizada participam do planejamento, execução ou do monitoramento das ações de EAN realizadas pelo município? (v14091)

- Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos
- Organizações da Sociedade Civil integrantes do COMSEA
- Organizações da Sociedade Civil do Sistema S (SESC, SENAI, SESI, etc.)

6.4 - Há participação da iniciativa privada no planejamento, execução e monitoramento das ações de EAN? (v14092)

- Sim
- Não
- Não Sabe

6.4.1 - Quais setores da iniciativa privada participam do planejamento, execução ou do monitoramento das ações de EAN realizadas pelo município? (v14093)

- Empresas de comercialização de alimentos
- Indústrias de alimentos
- Entidades de direito privado sem fins lucrativos (sistema S - SESC, SENAI, SESI, etc.)
- Pequenos comerciantes e feirantes
- Associações comerciais do município
- Outros setores

7 - Quais temas são abordados nas ações de EAN? (v10041)

- Agricultura familiar
- Produção agroecológica
- Alimentos orgânicos
- Agricultura urbana e hortas
- Aleitamento materno / alimentação complementar
- Alimentação do escolar
- Alimentação do trabalhador
- Alimentos ultraprocessados / alimentos industrializados
- Aproveitamento integral dos alimentos
- Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional
- Economia solidária / geração de renda
- Envelhecimento
- Gastronomia / culinária
- Higiene / conservação dos alimentos
- Patrimônio e cultura alimentar
- Prevenção/control de carências nutricionais e desnutrição
- Prevenção/control de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão, câncer, doenças cardíacas, doenças respiratórias...)
- Promoção da Alimentação Adequada e Saudável
- Rotulagem / informação nutricional
- Sistema alimentar / sustentabilidade
- Vegetarianismo, veganismo, alimentação funcional e outros estilos alimentares
- Outros temas
- Não sabe

Identificar quais são os temas abordados nos conteúdos e/ou estratégias pedagógicas das ações de EAN.

7.1 - Quais formatos de atividades são desenvolvidos nas ações de EAN realizadas pelo município? (v14096)

- Atividade Lúdica e Artística
- Aula
- Curso
- Dinâmica em grupo
- Exposição
- Feira
- Oficina/Workshop
- Painei
- Palestra
- Roda de Conversa
- Simpósio/Seminário
- Visita Orientada/Saída de Campo
- Distribuição de Material audiovisual
- Distribuição de Material Impresso
- Outros
- Não Sabe

7.2 - O que, na sua opinião, poderia potencializar ou fortalecer as ações de EAN desenvolvidas pelo município? (v14095)

- Capacitação de profissionais envolvidos
- Contratação de profissionais para dar suporte à ação educativa
- Maior disponibilidade de materiais educativos (materiais didáticos, vídeos, cartazes, folhetos, etc.)
- Parcerias (Universidades, ONGs, outras Secretarias e etc.)
- Maior envolvimento de secretarias e órgãos de diversos setores no planejamento, execução e monitoramento
- Outros

8 - O município realiza alguma ação de regulamentação de ambientes alimentares? (v14084)

- Sim
- Não
- Não Sabe

8.1 - Quais ações de regulamentação de ambientes alimentares saudáveis são realizadas pelo município? (v14085)

- Regulação do comércio de alimentos na escola (cantinas)
- Regulação do comércio de alimentos próximo à escola (ambulantes)
- Regulação da publicidade e propaganda de alimentos em equipamentos públicos (escolas, hospitais, entre outros)

- Estabelecimento de normas sanitárias municipais que apoiem a oferta de alimentos regionais do pequeno produtor
- Outro
- Não Sabe

9 - São realizadas ações de EAN no ambiente escolar? (v10028)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se as estratégias de EAN são integradas às ações de educação nas escolas do Município.

9.1 - As ações de EAN realizadas no ambiente escolar se caracterizam como: (v10029)

- Ações pontuais ou eventuais
- Ações sistemáticas e/ou regulares
- Ações integradas ao currículo escolar

9.2 - Quais Grupos sociais são beneficiados com as ações de EAN no ambiente escolar? (v14097)

- Alunos
- Pais de alunos
- Comunidade Escolar
- Agricultores familiares
- Merendeiras
- Professores e técnicos
- Conselheiros ou gestores de programas públicos
- Outros
- Não sabe

9.3 - Qual(is) profissional(is) participam atualmente na execução das ações de EAN no ambiente escolar? (v14098)

- Coordenadores pedagógicos
- Diretores
- Professores
- Merendeiros
- Assistentes sociais
- Enfermeiros
- Nutricionistas
- Psicólogos
- Outros
- Não sabe

9.4 - Qual a periodicidade destas ações de EAN no ambiente escolar? (v14099)

- Diária
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Bimestral
- Semestral
- Anual
- Não sabe

10 - São realizadas ações de EAN no nos serviços de saúde da atenção básica? (v10030)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se as ações de EAN fazem parte da rotina do serviço de saúde na rede de atenção primária do município. Por exemplo: no Programa Saúde da Família, nos postos de saúde, etc.

10.1 - As ações de EAN realizadas nos serviços de saúde da atenção básica se caracterizam como? (v14100)

- Ações pontuais ou eventuais
- Ações sistemáticas e/ou regulares
- Ações integradas à rotina da atenção básica

10.2 - As ações de EAN realizadas no âmbito da saúde consideram quais dos seguintes aspectos no seu planejamento? (v10031)

- O ciclo de vida dos usuários dos serviços de saúde
- As necessidades alimentares especiais dos usuários dos serviços de saúde (alergias alimentares, intolerâncias alimentares, entre outros).
- AS CONDIÇÕES DE SAÚDE dos usuários dos serviços de saúde
- Não são realizadas ações de EAN no âmbito da saúde
- Não sabe responder

10.3 - Quais são os Grupos sociais beneficiários das ações educativas de EAN nos serviços da atenção básica de saúde? (v14101)

- Gestantes ou responsáveis por crianças até 2 anos
- Crianças
- Beneficiários do Programa Criança Feliz
- Visitadores e trabalhadores do programa Criança Feliz
- Adolescentes
- Idosos
- Pessoas com Deficiência
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Agricultores familiares
- Conselheiros ou gestores de programas públicos
- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-família
- Famílias beneficiárias de outros programas sociais
- Outros
- Não Sabe

10.4 - Qual(is) profissional(is) participam da execução de ações de EAN nos serviços da atenção básica de saúde? (v14102)

- Agentes Comunitários de Saúde
- Nutricionistas
- Psicólogos
- Assistentes sociais
- Enfermeiros
- Outros
- Não sabe

10.5 - Qual a periodicidade destas ações de EAN realizadas no âmbito da saúde? (v14103)

- Diária
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Bimestral
- Semestral
- Anual
- Não sabe

11 - As ações de EAN integram os serviços da rede da Assistência Social? (v10032)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informar se as ações de EAN integram os serviços da rede da assistência social (sejam serviços da rede direta ou indireta)

11.1 - As ações de EAN são realizadas na rede indireta da Assistência Social, nas entidades conveniadas? (v10034)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informar se as ações de EAN são realizadas na rede indireta da Assistência Social.

11.2 - As ações de EAN são realizadas na rede direta da Assistência Social? (v10033)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informar se as ações de EAN são realizadas na rede direta da Assistência Social.

11.3 - Em quais serviços socioassistenciais são realizadas ações de EAN? (v14104)

- PSB - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)
- PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- PSB - Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas
- PSE Média Complexidade - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
- PSE Média Complexidade - Serviço Especializado em Abordagem Social
- PSE Média Complexidade - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)
- PSE Média Complexidade - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- PSE Média Complexidade - Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
- PSE Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades
- PSE Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento em República
- PSE Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora
- PSE Alta Complexidade - Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
- Não são realizadas ações de EAN nos serviços socioassistenciais
- Não sabe

11.4 - Quais são os Grupos sociais beneficiários das ações educativas de EAN nos serviços socioassistenciais ? (v14105)

- Gestantes ou responsáveis por crianças até 2 anos
- Crianças
- Beneficiários do Programa Criança Feliz
- Visitadores e trabalhadores do programa Criança Feliz
- Adolescentes
- Idosos
- Famílias beneficiárias de programas sociais, como Programa Bolsa-família ou outros programas locais.
- Pessoas com Deficiência
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Conselheiros ou gestores de programas públicos
- Agricultores familiares
- Outros
- Não Sabe

11.5 - Qual(is) profissional(is) participam da execução de ações de EAN nos serviços socioassistenciais? (v14106)

- Assistentes sociais
- Educadores sociais
- Psicólogos
- Nutricionistas
- Outros
- Não Sabe

11.6 - Qual a periodicidade das ações de EAN realizadas na rede direta da Assistência Social? (v14107)

- Diária
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Bimestral
- Semestral
- Anual
- Não sabe

12 - São realizadas ações de EAN nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN)? (v10036)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se as ações de EAN são realizadas nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN).

Principais Conceitos

Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN): são as estruturas físicas e espaços públicos e destinados, no todo ou em parte, à provisão de serviços públicos ao cidadão com vistas à garantia do DHAA e da SAN, destinados à oferta, à distribuição e à comercialização de refeições ou de alimentos.

EPSAN de acesso à alimentação saudável e adequada: caracterizam-se por espaços públicos que produzem e ofertam refeições, constituindo-se como um serviço de alimentação. Dentre estes, são exemplos as estruturas que produzem e disponibilizam refeições aos cidadãos, no âmbito das redes públicas de assistência social, saúde, educação, justiça e segurança pública, com destaque para as Cozinhas Comunitárias, os Restaurantes Populares, restaurantes universitários, além dos serviços de produção de refeições das escolas, creches, hospitais e penitenciárias.

EPSAN de apoio ao abastecimento, à distribuição e à comercialização de alimentos: caracterizam-se por serem espaços e serviços públicos de integração entre a produção e o consumo, constituindo-se como potenciais ações para a estruturação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo. Dentre eles estão as Centrais de Recebimento e de Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar (Centrais) ou Unidades de Beneficiamento da Agricultura Familiar; os Banco de Alimentos; as Centrais de Abastecimento (Ceasa); as Feiras; e os Mercados Públicos.

12.1 - Em quais EPSAN as ações de EAN são realizadas? (v10037)

- Banco(s) de Alimentos
- Cozinha(s) Comunitária(s)
- Restaurante(s) Popular(es)
- Feiras Livres
- Mercado(s) Públicos
- Centrais de abastecimento
- Central de Apoio à Agricultura Familiar
- Outro Equipamento Público de Segurança Alimentar e Nutricional do Município
- Não Sabe

Selecione as opções que correspondem aos EPSAN em que são realizadas ações de EAN.

12.2 - Quais são os Grupos sociais beneficiários das ações educativas de EAN nos EPSAN? (v14108)

- Gestantes ou responsáveis por crianças até 2 anos
- Crianças
- Adolescentes
- Idosos
- Usuários da Política de assistência social
- Pessoas com Deficiência
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Agricultores familiares
- Famílias beneficiárias do Programa Bolsa-família
- Famílias beneficiárias de outros programas locais
- Outros
- Não Sabe

12.3 - Qual(is) profissional(is) realizam as ações educativas de EAN realizadas nos EPSAN? (v14109)

- Assistentes sociais
- Enfermeiros
- Nutricionistas
- Psicólogos
- Outros
- Não sabe

12.4 - Qual a periodicidade destas ações de EAN realizadas nos EPSAN? (v14110)

- Diária
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal

- Bimestral
- Semestral
- Anual
- Não sabe

BLOCO 3

13 - O Município faz doações de alimentos ou concede benefício na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou oferece pecúnia diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional? (v9052)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se o município realiza ou não doações de alimentos ou fornece cestas básicas de alimentos.

- Distribuição de cestas de alimentos (Cestas básicas):
Constitui-se em uma ação de distribuição de alimentos de forma gratuita em forma de "cestas" de alimentos, com o intuito de atender, em caráter emergencial e complementar, famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional (1).

Referência Bibliográfica

(1)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/cestas-de-alimentos>

13.1 - Quais fontes de financiamento são utilizadas para aquisição de alimentos ou cestas de alimentos para doações? (v9990)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo Estado
- Recursos repassados pelo Governo Federal
- Parceria com a iniciativa privada
- Não sabe
- Não faz doações de alimentos ou de cestas de alimentos

Caso o município realize este tipo de ação, selecione a(s) opção(ões) que corresponde(m) à(s) fonte(s) de financiamento utilizada(s) para viabilizar a aquisição de alimentos e/ou cestas básicas destinadas às doações.

13.2 - Quais modalidades de oferta de alimentos são realizadas pelo município? (v14112)

- Oferece alimentos in natura
- Oferece Cestas Básicas
- Oferece refeições prontas
- Oferece alimentos processados
- Ticket ou vale alimentação
- Outras modalidades
- Não Sabe

13.3 - Os alimentos oferecidos beneficiam Grupos sociais específicos? (v9998)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se os alimentos doados ou subsidiados pelo município beneficiam Grupos sociais específicos.

13.3.1 - Quais Grupos sociais específicos são beneficiados com esta(s) oferta(s) de alimentos? (v9999)

- Pessoas em situação de rua
- Famílias ou pessoas em situação de INSAN
- Usuários da rede socioassistencial direta (Proteção Social Básica e/ou Especial)
- Usuários da rede socioassistencial indireta (em entidades conveniadas)
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Imigrantes internacionais
- Catadores de materiais recicláveis
- Outros segmentos populacionais específicos
- Não sabe

Identifique quais são os Grupos sociais beneficiados com doação ou subsídio de alimentos.

13.3.1.1 - Quais segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais são beneficiados com esta(s) oferta(s) de alimentos? (v10001)

- Andirobeiras
- Apanhadores de Flores Sempre Viva
- Benzedeiros
- Caatingueiro
- Caboclos
- Caiçaras
- Catadoras de Mangaba
- Cipozeiros
- Extrativistas
- Extrativistas marinhos e costeiros
- Faxinalenses
- Fundo e Fecho de Pasto
- Geraizeiros
- Ilheus
- Morroquianos
- Pantaneiros
- Pescadores Artesanais
- Pomeranos
- Povos Ciganos
- Povos e Comunidades de Terreiro ou Matriz africana
- Povos Indígenas
- Quebradeiras de Coco Babaçu
- Quilombolas
- Raizeiras
- Retireiros do Araguaia
- Ribeirinhos
- Vazanteiros
- Outros segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais

Caso tenha marcado a opção 5 da questão anterior, selecione quais segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais são beneficiados com doação e/ou subsídio de alimentos.

13.4 - Os alimentos ou cestas básicas ofertadas são distribuídos em qual equipamento público? (v14113)

- CRAS
- CREAS
- CentroPOP
- Secretária de Assistência Social
- Escola
- Gabinete do Prefeito
- Banco de Alimentos
- Entidade da rede de proteção socioassistencial apoiada pelo município
- Outros

13.5 - O município oferece o Benefício Eventual da Assistência Social voltada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional? (v14156)

- Sim
- Não
- Não Sabe

13.5.1 - Em quais modalidades são oferecidos Benefícios Eventuais? (v14157)

- Cestas Básicas
- Alimento in natura
- Pecúnia
- Outras modalidades de Benefício Eventual
- Não Sabe

13.5.2 - Qual a quantidade de meses que cada família pode permanecer recebendo de forma contínua o Benefício Eventual voltada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional? (v14158)

- Recebe uma única vez

- de 1 a 3 meses
- de 4 a 6 meses
- de 7 a 12 meses
- mais de 12 meses
- Não há um limite de tempo para receber o benefício
- Não Sabe

13.5.3 - Qual a média de meses que cada família recebe de forma contínua o Benefício Eventual voltada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional? (v14159)

13.5.4 - Quantas famílias receberam o Benefício Eventual voltada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional em 2016? (v14160)

13.5.5 - Quantas famílias receberam o Benefício Eventual voltada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional em 2017? (v14161)

13.5.6 - Existe uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Assistência Social? (v14162)

- Sim
- Não
- Não Sabe

13.5.7 - Indique quais ações e atividades desenvolvidas com as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional? (v14163)

- Acolhida em BLOCO realizada por profissional de nível superior
- Acolhida Particularizada realizada por técnico de nível superior
- Acompanhamento de famílias
- Acompanhamento dos encaminhamentos realizados
- Atendimento particularizado de famílias ou indivíduos
- Registro do acompanhamento familiar em prontuário
- Elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar
- Grupo/oficina com famílias
- Visitas Domiciliares
- Palestras
- Palestras específicas de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada
- Campanhas ou eventos comunitários
- Apoio para obtenção de Documentação pessoal
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço socioassistencial
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para atividades específicas do CapacitaSuas
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para a rede de serviço voltadas para geração de emprego e renda
- Encaminhamento de famílias ou indivíduos para outras políticas públicas (educação, saúde, habitação, etc.)
- Encaminhamento para inserção/atualização de famílias no Cadastro Único
- Outra ação
- Não Sabe

BLOCO 4

14 - O Município desenvolve alguma política ou ação de SAN voltada para moradores em situação de rua, imigrantes internacionais, catadores de recicláveis, etnias indígenas, comunidades quilombolas ou outros povos e comunidades tradicionais? (v14153)

- Sim
- Não
- Não Sabe

14.1 - Quais Grupos sociais específicos ou segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais são beneficiados tais ações de SAN conforme afirmado na questão anterior? (v14154)

- Moradores em situação de rua
- Imigrantes internacionais
- Catadores de materiais recicláveis
- Outros segmentos específicos da população
- Andirobeiras
- Apanhadores de Flores Sempre Viva
- Benzedeiros
- Caatingueiro
- Caboclos
- Caiçaras
- Catadoras de Mangaba
- Cipozeiros
- Extrativistas

- Extrativistas marinhos e costeiros
- Faxinalenses
- Fundo e Fecho de Pasto
- Geraizeiros
- Ilheus
- Morroquianos
- Pantaneiros
- Pescadores Artesanais
- Pomeranos
- Povos Ciganos
- Povos e Comunidades de Terreiro ou Matriz africana
- Povos Indígenas
- Quebradeiras de Coco Babaçu
- Quilombolas
- Raizeiras
- Retireiros do Araguaia
- Ribeirinhos
- Vazanteiros
- Outros segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais

14.2 - Quais ações, políticas ou programas voltados para garantia do DHAA e da SAN que beneficiam segmentos específicos da população selecionados na questão 14.1 são realizadas com recursos municipais? (v14155)

BLOCO 5

15 - O município adquire produtos da agricultura familiar? (v14111)

- Sim
- Não
- Não Sabe

15.1 - Os alimentos da agricultura familiar adquiridos pelo município são destinados para quais programas, serviços ou equipamentos públicos? (v9888)

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Alimentação Escolar (PNAE)
- Rede Socioassistencial
- Banco de Alimentos
- Restaurantes Populares
- Cozinhas Comunitárias
- Cozinhas e refeitórios hospitalares
- Cozinhas em Unidades de Educação Infantil
- Feiras Livres
- Mercados Públicos
- Sacolões ou Quitandas públicas
- Compras Públicas
- Outros programas, serviços ou equipamentos públicos
- O município não adquire alimentos produzidos por agricultores familiares
- Não Sabe

Identifique para quais Equipamentos Públicos de SAN são destinados alimentos adquiridos da agricultura familiar pelo município.

15.2 - Quais modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos o município já executou desde 2013? (v14115)

- Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CDS
- Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque
- Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF
- Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite
- Compra Institucional
- Sementes
- Não Sabe

15.3 - Quais modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos o município já executa atualmente? (v14116)

- Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea - CDS
- Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque
- Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF
- Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite

- Compra Institucional
- Sementes
- Não Sabe

15.4 - Quais equipamentos públicos recebem as doações de alimentos do PAA modalidade Compra com Doação Simultânea no seu município? (v14117)

- Rede direta da Assistência Social
- Rede indireta da Assistência Social
- Banco de Alimentos
- Cozinha Comunitária
- Restaurante Popular
- Mercado Público
- Sacolão ou Quitanda Pública
- Hospitais
- Presídios
- Escolas (considerar somente se alimentos forem adquiridos pelo PAA e não considerar se for adquirido via PNAE)
- Creches
- Outros
- Não Sabe

15.5 - Quais segmentos populacionais são beneficiados com doação de alimentos adquiridos pelo PAA modalidade Compra com Doação Simultânea no seu município? (v14119)

- Pessoas em situação de rua
- Famílias ou pessoas em situação de INSAN
- Usuários da rede socioassistencial direta (Proteção Social Básica e/ou Especial)
- Usuários da rede socioassistencial indireta (em entidades conveniadas)
- Povos e Comunidades Tradicionais
- Juventude
- Mulheres
- Outros segmentos populacionais específicos:
- Não Sabe

15.6 - Na sua opinião, como o PAA modalidade compra com doação simultânea contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar e suas organizações coletivas (associações e cooperativas) no seu município? (v14118)

15.7 - Quais são as principais dificuldades do ponto de vista da GESTÃO do PAA Compra com Doação Simultânea realizado no seu município? (v14120)

16 - O município promove ações intersetoriais para a viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar? (v10055)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informar se o município promove articulação intersetorial no sentido de viabilizar aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

16.1 - Quais são as ações intersetoriais o município desenvolve para viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar? (v10056)

Caso realize, descrever quase ações são desenvolvidas neste sentido.

16.2 - Quais as principais dificuldades que o município enfrenta para adquirir produtos da agricultura familiar? (v10053)

Caso o município adquira produtos da agricultura familiar para utilização na alimentação escolar, descreva quais são as principais dificuldades encontradas para efetivar as aquisições.

BLOCO 6

17 - O município adquire ou adquiriu recentemente alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade? (v10013)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informar se o município adquire ou adquiriu recentemente alimentos (independentemente da forma ou modalidade de aquisição) alimentos orgânicos ou de produção de base agroecológica ou da sociobiodiversidade.

Principais Conceitos

Sistema orgânico de produção: considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

Produção de Base Agroecológica: aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação.

Produtos da sociobiodiversidade: bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente.

Referências

Lei Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.831-2003?OpenDocument

Plano Nacional de agroecologia e produção orgânica. Disponível em:

http://aao.org.br/aao/pdfs/publicacoes/pageflip-3637393-8095216-It_PLANO_NACIONAL_DE_AGR-379811.pdf

Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%207.794-2012?OpenDocument

17.1 - Quais políticas públicas ou programas receberam os alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade adquiridos pelo Município? (v10014)

- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Outras políticas ou programas
- Não Sabe

Identifique quais programas ou políticas públicas executadas no município receberam alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade, adquiridos recentemente.

17.2 - O Município promove atividades de capacitação, fomento ou incentivo a produção de base agroecológica? (v9054)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se a gestão municipal promove atividades ou ações de capacitação e/ou fomento e/ou incentivo à produção de base agroecológica junto aos agricultores de modo geral.

- Atividades de capacitação, fomento ou incentivo a produção agroecológica:

Dão "prioridade à construção do conhecimento agroecológico, à disponibilização de insumos apropriados para a produção orgânica e à promoção da ampliação da produção e consumo de produtos orgânicos e de base agroecológica no Brasil" (1).

- Produção Agroecológica:
Produção Sustentável da agricultura, que potencializa a biodiversidade e a diversidade de alimentos (2).

Referências Bibliográficas

(1)- "Declaração do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha, no artigo: "Campanha nacional incentiva a produção de alimentos orgânicos. Último censo do IBGE identificou mais de 90 mil produtores orgânicos no país". Ministério da Agricultura. Notícias - 24/05/2013 10:47

Orgânicos. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2013/05/campanha-nacional-incentiva-a-producao-de-alimentos-organicos>"

(2)- BLOCO de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia. Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia Sistematização de Experiências. GT SSA/Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - 1ª Edição - Rio de Janeiro. 2010.

17.2.1 - Quais fontes de financiamento são utilizadas para promoção das atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção de base agroecológica? (v10012)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo Estado
- Recursos repassados pelo Governo Federal
- Parceria com a iniciativa privada
- Não sabe

Selecionar as opções que correspondem às fontes de financiamento que viabilizam as ações de capacitação, fomento ou incentivo à produção de base agroecológica realizadas pelo município.

BLOCO 7

18 - O Município apoia práticas de Agricultura Urbana? (v9057)

Se resposta 1, então abrir de 18.1 a 18.3

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se o município apoia, subsidia ou fomenta práticas de Agricultura Urbana.

Principais Conceitos

Agricultura Urbana: é um conceito multidimensional, que inclui a produção, transformação e prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno porte) voltados ao autoconsumo ou comercialização, aproveitando-se de forma eficiente e sustentável dos recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades.

- Apoio à prática de agricultura urbana:

Visa estimular a produção de alimentos saudáveis nas grandes cidades, aproveitando as áreas ociosas nas áreas urbanas para promover o plantio de: hortaliças, ervas medicinais, ervas aromáticas, plantas ornamentais, criação de pequenos animais e instalação de mini agroindústrias. Os Alimentos produzidos são destinados para o auto consumo e a venda do excedente no mercado local, resultando em inclusão social, melhoria da alimentação; geração trabalho e renda dos envolvidos. "O público alvo deste projeto é, preferencialmente, a população que se encontra em vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional

identificadas no Cadastro único dos Programas Sociais do Governo Federal" (1).

Referência Bibliográfica

(1)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. Agricultura Urbana. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/agricultura-urbana>

18.1 - Quais são as fontes de financiamento das ações voltadas para o apoio às práticas de Agricultura Urbana? (v10057)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo Estado
- Recursos repassados pelo Governo Federal
- Parceria com a iniciativa privada
- Não sabe

Selecione as opções que correspondem às fontes de financiamento das ações de apoio à práticas de Agricultura Urbana no município.

18.2 - Quais são as formas de apoio às práticas de Agricultura Urbana promovidas pelo Município? (v10058)

- Fornece ou subsidia água e/ou energia elétrica
- Concede, financia ou subsidia terra para plantio em áreas urbanas
- Fornece ou subsidia compostos e insumos
- Fornece ou subsidia ferramentas
- Fornece ou subsidia sementes
- Fornece assistência técnica ou capacitações
- Compra os produtos produzidos pelos agricultores urbanos
- Mobilização e articulação dos produtores
- Disponibilização de terrenos públicos para produção
- Outro tipo de apoio
- Não Sabe

Selecione as opções que correspondem às formas de apoio às práticas de Agricultura Urbana que o município promove ou realiza.

18.3 - Quais práticas de Agricultura Urbana são realizadas no Município? (v10059)

- Hortas nas escolas
- Hortas comunitárias em espaços públicos
- Hortas comunitárias em espaços privados
- Agricultura periurbana - Cinturão Verde
- Hortas em conjuntos habitacionais
- Hortas em Posto de Saúde
- Produção de Insumos
- Produção de plantas medicinais Transformação de remédios caseiros
- Outras iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana
- Não sabe

Selecione as opções que correspondem às práticas de Agricultura Urbana realizadas ou apoiadas pelo município.

BLOCO 8

19 - Existe a necessidade de cursos de capacitação e formação com relação a agenda de SAN? (v14122)

- Sim
- Não
- Não Sabe

19.1 - Os cursos de capacitação em SAN ou DHAA seriam voltadas para qual público? (v14123)

- Gestores
- Técnicos
- Representantes da sociedade civil
- Beneficiários/cidadãos de direitos dos programas de SAN
- Outros
- Não Sabe

19.2 - Quais são as principais demandas de conteúdo para estes cursos? (v14124)

- Conceitual e histórico da SAN e do DHAA
- Funcionamento de Caisan
- Funcionamento de Consea
- Elaboração de Planos de SAN
- Monitoramento dos planos de SAN
- Questões específicas sobre os Programas de SAN
- Outras
- Não Sabe

19.3 - O público que necessita dos cursos de capacitação teriam acessibilidade para realização de cursos de Educação à Distância? (v14125)

- Sim
- Não
- Não Sabe

19.3.1 - Quais seriam as principais dificuldades para realização de cursos de Educação à Distância? (v14127)

- Acesso a computadores
- Acesso a internet
- Baixo nível de escolaridade
- Pouco tempo disponível para realização de cursos
- Outras

19.4 - No município já tem ocorrido cursos voltados para agenda de SAN ou DHAA? (v14128)

- Sim
- Não
- Não Sabe

19.4.1 - Os cursos são oferecidos por qual órgão? (v14129)

- Órgão Municipal
- Órgão Estadual
- Governo Federal
- Universidade
- Outro
- Não Sabe

19.4.2 - Quais são os conteúdos oferecidos por estes cursos? (v14130)

- Conceitual e histórico da SAN e do DHAA
- Funcionamento de Caisan
- Funcionamento de Consea
- Elaboração de planos de SAN
- Monitoramento dos planos de SAN
- Questões específicas sobre os Programas de SAN
- Outras
- Não Sabe

20 - Quantas pessoas colaboraram fornecendo as informações prestadas neste questionário de Ações de SAN? (v14131)

21 - Quais setores de governo, secretarias ou órgãos municipais forneceram informações utilizadas para responder este questionário de Ações de SAN? (v14132)

- Gabinete do Executivo / Prefeito(a)
- Secretaria municipal de Assistência Social / Desenvolvimento Social ou órgão similar
- Secretaria municipal de Desenvolvimento Agrário / Agricultura / Abastecimento ou órgão similar
- Secretaria municipal do Trabalho / Empreendedorismo / Desenvolvimento Econômico ou órgão similar
- Secretaria municipal de Educação ou órgão similar
- Secretaria municipal de Saúde ou órgão similar
- Secretaria municipal de Direitos Humanos ou órgão similar
- Secretaria municipal de Cultura ou órgão similar
- Secretaria municipal de Esporte, Lazer, Juventude ou órgão similar
- Caisan Municipal
- Consea Municipal
- Outra secretaria municipal
- Outro órgão municipal

22 - Quais foram as principais dificuldades com as quais você se deparou ao responder este questionário sobre as Ações de SAN realizadas pelo município? (v14133)

MAPASAN 2018 - Formulário 4 - Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

BLOCO 1

1 - A prefeitura municipal mantém em funcionamento Mercados Públicos ou Populares? (v9094)

- Sim
 Não
 Não Sabe

Indicar se há ou não mercados públicos ou populares no município.

- Equipamentos Públicos de Abastecimento de Alimentos:
São Equipamentos Públicos que integram a Rede Operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

- Mercados Populares:
"Comercializam alimentos não perecíveis e outros itens de primeira necessidade. (...) Têm como objetivo a comercialização de produtos de necessidade básica – a preços acessíveis, a famílias em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único" (1).

Referências Bibliográficas

(1) - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Feiras e Mercados Populares Institucional. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/feiras-e-mercados-populares/feiras-e-mercados-populares-institucional>

1.1 - Quantos Mercados Públicos ou Populares existem em funcionamento no município? (v9095)

Indicar o número de mercados públicos ou populares em funcionamento no município.

- Mercados Populares
"Comercializam alimentos não perecíveis e outros itens de primeira necessidade. (...) Têm como objetivo a comercialização de produtos de necessidade básica – a preços acessíveis, a famílias em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único" (1).

Referência Bibliográfica

(1) - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Feiras e Mercados Populares Institucional. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/feiras-e-mercados-populares/feiras-e-mercados-populares-institucional>

1.2 - O município subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares? (v9096)

- Sim
 Não
 Não Sabe

Informe se há subsídio ao preço dos alimentos em um ou mais Mercados Públicos ou Populares por parte do município.

- Subsídio governamental de preço de alimentos:
"Ajuda ou auxílio econômico extraordinário (concedido pelo governo municipal) (...) com o objetivo ou missão de estimular o consumo e produção (de alimentos) por um período de tempo até que consiga superar um momento crítico" (1).

- Mercados Populares
"Comercializam alimentos não perecíveis e outros itens de primeira necessidade. (...) Têm como objetivo a comercialização de produtos de necessidade básica – a preços acessíveis – a famílias em situação de vulnerabilidade social, inscritas no Cadastro Único" (2).

Referências Bibliográficas

(1)- Que Conceito. Conceito de Subsidio. Disponível em:

<http://queconceito.com.br/subsidio>

(2)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Feiras e Mercados Populares Institucional. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/feiras-e-mercados-populares/feiras-e-mercados-populares-institucional>

2 - A prefeitura municipal mantém em funcionamento Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas? (v9097)

- Sim
 Não
 Não Sabe

Informe se existe ou não sacolões públicos ou quitandas no município.

Principais Conceitos:

- Sacolões públicos de alimentos ou Quitandas públicas: locais públicos de comercialização atacadista ou varejista de produtos hortifrutigranjeiros construídos ou mantidos total ou parcialmente com recursos municipais, estaduais ou federais.

Espaço público-privado de comercialização de frutas, verduras e legumes, sendo tudo pelo mesmo preço. Constitui um espaço de comercialização de frutas e verduras, onde o cliente paga o mesmo valor por tudo (valores mais baixos que o praticado em supermercados). Como o usuário pode encher a sacola com o que quiser, daí surgiu o nome "Sacolão". Um Sacolão Público ou Quitanda Pública consiste em um destes espaços em que o município apoia de alguma forma, ou subsidiando preços, ou com concessão de espaço físico, infraestrutura ou manutenção, garantindo o preço baixo dos alimentos comercializados com o objetivo de ampliar a oferta e disponibilidade de alimentos no local.

2.1 - Quantos sacolões públicos ou quitandas públicas têm em funcionamento no município? (v9098)

Informe a quantidade de Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas existentes no município.

- Sacolões públicos de alimentos ou Quitandas públicas:
Locais públicos de comercialização atacadista ou varejista de produtos hortifrutigranjeiros.

2.2 - O município subsidia o preço dos alimentos em algum sacolão público ou quitanda pública? (v9099)

- Sim
 Não
 Não Sabe

Indicar se o município subsidia ou não o preço dos alimentos em algum sacolão público ou quitanda pública.

- Subsidio governamental de preço de alimentos:

"Ajuda ou auxílio econômico extraordinário (concedido pelo governo municipal) (...) com o objetivo ou missão de estimular o consumo e produção (de alimentos) por um período de tempo até que se consiga superar um momento crítico" (1).

- Sacolões públicos de alimentos ou Quitandas públicas:

Locais públicos de comercialização atacadista ou varejista de produtos hortifrutigranjeiros.

Referência Bibliográfica

(1)- Que Conceito. Conceito de Subsidio. Disponível em:

<http://queconceito.com.br/subsidio>

BLOCO 2

3 - Há um ou mais Restaurantes Populares no município? (v9256)

- Sim

- Não
- Não Sabe

Informe se existe ou não um ou mais Restaurantes Populares no município.

Os Restaurantes Populares são equipamentos públicos de apoio ao consumo de alimentos adequados e saudáveis, dotados de estruturas físicas de produção e oferta de refeição com capacidade de atender a mais de 1.000 (um mil) pessoas por refeição, a preços acessíveis e para indivíduos em situação de insegurança alimentar, em municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes

3.1 - Quantos Restaurantes Populares existem no município? (v9939)

Informe a quantidade de Restaurantes Populares existentes no município.

BLOCO 3

4 - Há uma ou mais Cozinhas Comunitárias no município? (v9258)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se existe uma ou mais Cozinhas Comunitárias no município.

Principais Conceitos
 Cozinha Comunitária: são estruturas físicas nas quais ocorre o preparo, a comercialização ou a doação de refeições. Nas cozinhas comunitárias podem ser desenvolvidos cursos profissionalizantes, bem como outras atividades que favoreçam a educação alimentar e nutricional, a inclusão social e a identidade comunitária. As cozinhas comunitárias geralmente são implantadas em pequenos municípios (cerca de 50 mil habitantes), mas podem também estar presentes em municípios maiores. Há oferta de refeição com capacidade de atender no mínimo 100 (cem) pessoas por refeição, a preços acessíveis ou gratuitas e para indivíduos em situação de insegurança alimentar.

4.1 - Quantas Cozinhas Comunitárias existem no Município? (v9940)

Informe a quantidade de Cozinhas Comunitárias existentes no município.

BLOCO 4

5 - Existe Banco de Alimentos em sua cidade? (v9257)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se existe um ou mais Bancos de Alimentos no município.

Principais Conceitos
 Banco de Alimentos: é um espaço físico onde são recebidos alimentos próprios para o consumo, mas que seriam desperdiçados em feiras, hortas, supermercados, Central de Abastecimento de Alimentos – CEASA, entre outros. No Banco de Alimentos, os gêneros alimentícios são recebidos, selecionados, processados ou não, embalados e distribuídos gratuitamente a entidades da assistência social, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. O principal objetivo do Banco de Alimentos é o combate ao desperdício de alimentos. São estruturas físicas que ofertam o serviço de captação e/ou recepção e distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores privados e/ou públicos e que são direcionados a entidades ou Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional.

5.1 - Quantos Bancos de Alimentos Existem no Município? (v9941)

Informe a quantidade de Bancos de Alimentos existentes no município.

BLOCO 5

6 - Há uma ou mais Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar no Município? (v9259)

- Sim
- Não

- Não Sabe

Informe se existe uma ou mais Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar no município.

6.1 - Quantas Unidades de Distribuição da Agricultura Familiar existem no Município? (v9942)

Informe a quantidade de Unidades de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar existentes no município.

BLOCO 6

7 - Há feiras livres no município? (v9089)

- Sim
 Não
 Não Sabe

Indicar se há ou não Feiras Livres no município.

- Equipamentos Públicos de Abastecimento de Alimentos:
Os Equipamentos Públicos de Abastecimento de Alimentos se caracterizam por serem espaços e serviços públicos de integração entre a produção e o consumo, constituindo-se com potenciais ações para a estruturação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo. Dentre eles, tem-se: as centrais de abastecimento, os mercados públicos, as feiras e os bancos de alimentos.

- Feiras Livres ou Feiras Populares:
Feiras Livres ou Feiras Populares: são unidades de Mercados Populares, típicos de comercialização de alimentos "in natura", de comercialização em tendas, onde pode se encontrar, também, a comercialização direta da produção dos pequenos agricultores familiares.

7.1 - Quantas Feiras Livres em funcionamento existem no município? (v9090)

Informe a quantidade de Feiras Livres em funcionamento que existem no município atualmente.

- Feiras Livres ou Feiras Populares:
Feiras Livres ou Feiras Populares: são unidades de Mercados Populares, típicos de comercialização de alimentos "in natura", de comercialização em tendas, onde pode se encontrar, também, a comercialização direta da produção dos pequenos agricultores familiares.

7.2 - Upload de arquivo XLS com cadastro das Feiras Livres ... (v14167)

8 - O município possui regulamentação para o funcionamento das feiras que comercializam alimentos? (v14134)

- Sim
 Não
 Não Sabe

8.1 - Quais são as formas de regulamentação das Feiras Livres definidas pelo município? (v14135)

- Concessão de Alvará de Funcionamento
 Concessão de Licença Sanitária
 Local de comercialização disponível para das Feiras Livres
 A estrutura de comercialização das Feiras Livres
 Define normas de funcionamento das Feiras Livres
 Estabelece regras para rotulagem dos produtos comercializados nas Feiras Livres
 Regulamenta rastreabilidade dos produtos (sistema de códigos)

9 - Há Feiras Livres no município que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica? (v9092)

- Sim
 Não
 Não Sabe

Informe se existe ou não uma ou mais Feiras Livres que comercializam, parcialmente ou exclusivamente, produtos orgânicos ou de base agroecológica.

- Feiras Livres ou Feiras Populares:

São uma das iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para "estimular a comercialização e o consumo de alimentos". "As Feiras populares promovem a venda de produtos agrícolas". "Beneficiam especialmente agricultores familiares, pois compõem uma importante estratégia de comercialização da produção (ou do seu excedente) que possibilita a geração de renda e evita desperdício e prejuízo dos produtores. Possibilitam, ainda, que a população em geral tenha fácil acesso a alimentos de qualidade, além da possibilidade de troca de informações diretamente com quem produz" (1).

- Produtos Agroecológicos:

Produtos alimentícios agrícolas produzidos de forma sustentável a potencializar a biodiversidade e a diversidade de alimentos (2).

- Produtos Orgânicos:

Produtos alimentícios agrícolas produzidos sem agrotóxicos tanto na agroecologia, quanto na agricultura convencional, ou tradicional (3).

Referências Bibliográficas

(1)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Feiras e Mercados Populares - Institucional. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/feiras-e-mercados-populares/feiras-e-mercados-populares-institucional>

(2)- Ministério da Agricultura. "Campanha nacional incentiva a produção de alimentos orgânicos. Último censo do IBGE identificou mais de 90 mil produtores orgânicos no país". Declaração do secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha. Notícias - 24/05/2013 10:47 Orgânicos. Disponível em:

<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2013/05/campanha-nacional-incentiva-a-producao-de-alimentos-organicos>

(3)- BLOCO de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia - GT SSA/ANA. Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia Sistematização de Experiências. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - 1a Edição - Rio de Janeiro. 2010.

9.1 - Quantas são as Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica? (v9933)

Informe quantas são as Feiras Livres que comercializam parcialmente produtos orgânicos ou de base agroecológica.

10 - O Município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres? (v9051)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se o município disponibiliza ou não algum tipo de suporte para as Feiras Livres em funcionamento.

- Feiras Populares:

Promovem a venda de alimentos "in natura", geralmente, de forma volante, realizada periodicamente, em estruturas simples como barracas. - Estimulam "a comercialização e o consumo de alimentos". "Beneficiam a agricultura familiar por comporem "uma importante estratégia de comercialização da produção (ou do seu excedente)", geração de renda, prevenção de desperdício e de prejuízo aos produtores. Possibilitam, ainda, que "a população em geral tenha fácil acesso a alimentos de qualidade, além da possibilidade de troca de informações diretamente com quem produz" (1).

Referência Bibliográfica

(1)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Feiras e Mercados Populares - Institucional. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/rede-de-equipamentos/feiras-e-mercados-populares/feiras-e-mercados-populares-institucional>

10.1 - Quais fontes de financiamento são utilizadas para viabilizar o suporte às Feiras Livres? (v9934)

- Recursos municipais
- Recursos repassados pelo Estado
- Recursos repassados pelo Governo Federal
- Parcerias com a iniciativa privada
- Não sabe

Selecione as opções que correspondem às fontes de financiamento utilizadas para viabilização do suporte às Feiras Livres pelo município.

10.2 - Quais tipos de suporte o município disponibiliza às Feiras Livres? (v9935)

- Fornece ou subsidia transporte para as barracas e/ou produtos dos feirantes
- Fornece ou subsidia locais cobertos
- Fornece ou subsidia barracas e equipamentos para funcionamento da feira
- Promove ou divulga campanhas que incentivam a compra de alimentos nas feiras
- Não Sabe

Selecione as opções que correspondem aos tipos de suporte que o município disponibiliza para o funcionamento das Feiras Livres apoiadas pelo município.

10.3 - Qual é a quantidade de Feiras Livres apoiadas pelo município? (v9936)

Informe quantas Feiras Livres recebem apoio ou suporte do município para seu funcionamento.

10.4 - Qual é a quantidade total de feirantes beneficiados atualmente com o suporte às Feiras Livres? (v9937)

Informe a quantidade total de feirantes beneficiados com o suporte que o município viabiliza às Feiras Livres.

11 - Há outros Equipamentos Públicos de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos em funcionamento no município? (v9100)

- Sim
- Não
- Não Sabe

Informe se existe outros tipos de Equipamentos Públicos de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos no município.

Principais Conceitos

Equipamentos Públicos de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos: caracterizam-se por serem espaços e serviços públicos de integração entre a produção e o consumo, constituindo-se como potenciais ações para a estruturação de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo. Dentre eles estão as Unidades de Apoio à Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar (UADAF) ou Unidades da Agricultura Familiar; os Banco de Alimentos; as Centrais de Abastecimento (Ceasa); as Feiras; e os Mercados Públicos.

11.1 - Quais são os outros Equipamentos Públicos de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos em funcionamento no município (que recebem algum tipo de suporte, subsídio, financiamento ou recurso público municipal)? (v14313)

MAPASAN 2018 - FORMULÁRIO 4.1 - EPSAN - FEIRAS LIVRES

BLOCO 1

1 - Nome da Feira Livre ou Popular: (v9959)
Informe o nome ou a denominação da Feira Livre ou Popular
2 - Tipo de Feira Livre ou Popular (v9960)
<input type="radio"/> Feira Convencional - que não comercializa alimentos orgânicos ou de base agroecológica <input type="radio"/> Feira Convencional - que comercializa parte dos produtos orgânicos e/ou de base agroecológica <input type="radio"/> Feira agroecológica ou de produtos orgânicos - que comercializa exclusivamente ou majoritariamente produtos orgânicos e/ou de base agroecológica <input type="radio"/> Não sabe
Selecione a opção que melhor caracteriza a Feira Livre ou Popular segundo o tipo de alimentos comercializados.
3 - Periodicidade da Feira: (v9961)
<input type="radio"/> Semanal <input type="radio"/> Quinzenal <input type="radio"/> Mensal <input type="radio"/> Trimestral <input type="radio"/> Semestral <input type="radio"/> Anual <input type="radio"/> Não é regular <input type="radio"/> Não Sabe
Informe qual é a periodicidade em que a feira ocorre.
4 - Endereço da Feira: (v9962)
Endereço completo da Feira Livre ou Popular
4.1 - Bairro: (v9963)
Informe o Bairro da Feira Livre ou Popular
4.1.1 - CEP: (v9964)
Informe o CEP da Feira Livre ou Popular
5 - Cidade: (v9965)
Preenchido automaticamente pelo sistema.
6 - Estado (UF): (v9966)
Preenchido automaticamente pelo sistema.

MAPASAN 2018 - Formulário 4.2 - EPSAN - Restaurante Popular

BLOCO 1

1.1 - Nome de Identificação do Restaurante Popular: (v9104)
Informe o nome ou a denominação do Restaurante Popular.
1.2 - Endereço do Restaurante Popular: (v13838)
Endereço completo do Restaurante Popular.
1.3 - Bairro: (v9110)
Bairro do Restaurante Popular.
1.4 - CEP: (v9111)
CEP do Restaurante Popular.
1.5 - Cidade: (v9112)
Preenchido automaticamente pelo sistema.
1.6 - Estado (UF): (v9109)

Apresentar o endereço do restaurante popular identificado na questão 1.

1.7 - Telefone: (v9113)

Telefone do Restaurante Popular com DDD.

1.8 - E-mail: (v9114)

Informe o e-mail do Restaurante Popular ou do responsável administrativo.

1.9 - Página da internet (site): (v9115)

Caso exista, informe o endereço do website do Restaurante Popular ou com informações sobre o EPSAN.

BLOCO 2

2 - Qual a situação do Equipamento? (v9116)

- Em funcionamento
- Em construção
- Paralisado

Informar a situação atual do Restaurante Popular.

2.1 - O Restaurante Popular foi construído com quais recursos orçamentários? (v9132)

- Com recursos do município
- A partir de parceria e recursos do Estado
- A partir de parceria e recursos da iniciativa privada
- A partir de parceria e recursos do MDS
- Outra forma de financiamento
- Não Sabe

Informe quais foram as fontes de financiamento que viabilizaram a construção do Restaurante Popular.

2.1.1 - Com qual outro recurso foi construído o Restaurante Popular? (v9133)

Apresentar o outro recurso, diferente dos listados na questão 10.9, com o qual o restaurante popular foi construído.

2.2 - Qual o regime de gestão (provisão do serviço ou natureza jurídica) utilizado no restaurante popular? (v9117)

- Direta
- Semidireta
- Indireta
- Outra
- Não sabe

Selecione a opção que informa qual é o regime de gestão do Restaurante Popular.

2.3 - Há recursos para gestão, custeio ou manutenção do restaurante popular, previstos no orçamento municipal em 2018? (v9118)

- Sim
- Não
- Não sabe

Indicar se há ou não recursos para gestão, custeio ou manutenção do restaurante popular, previstos no orçamento municipal em 2014.

- Gestão, Custeio e Manutenção do Restaurante Popular:

A gestão, custeio e manutenção de restaurantes populares que recebem recursos da União para implantação, modernização e/ou qualificação, são de responsabilidade do Município. Essa entidade Jurídica é responsável pela garantia de dotação orçamentária específica para custeio das atividades e para manutenção dos equipamentos e estrutura física dos restaurantes populares; pelo registro de dados e informações; pelas informações prestadas; pelo subsídio total ou parcial das refeições dos restaurantes populares; pela comunicação de irregularidades ao MDS e outros órgãos na execução dos programas; pelo apoio, fomento e realização de estudos e pesquisas; e pela garantia da aplicação das normas da legislação sanitária vigente e pertinente, visando a qualidade dos serviços prestados.

2.3.1 - Quanto de recursos foi previsto no orçamento municipal de 2018? (v9119)

Apresentar a quantia em recursos financeiros prevista no orçamento municipal de 2014 para os Restaurantes Populares do município.

2.4 - Qual o CUSTO MÉDIO para o preparo de UMA REFEIÇÃO servida no horário do almoço NO ÚLTIMO MÊS? (v9123)

Apresentar o custo médio da refeição fornecida pelo restaurante popular no horário do almoço.

2.5 - O município subsidia o custo das refeições no horário de almoço no restaurante popular? (v9120)

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não subsidia
- Não sabe

Indicar se o município subsidia totalmente, parcialmente, ou não o custo das refeições no horário de almoço no restaurante popular.

- Subsídio Municipal do Custo das Refeições de Restaurantes Populares: Ajuda ou auxílio econômico extraordinário (concedido pelo governo municipal) com o objetivo ou missão de fomentar a produção de refeições a preços acessíveis, sem visar lucro financeiro, de forma a "garantir aos trabalhadores urbanos e à população em situação de vulnerabilidade social o Direito Humano à Alimentação Adequada" (1). O subsídio das refeições, total ou parcial, é de responsabilidade do Município conveniente.

Referência Bibliográfica:

(1) - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

Restaurantes Populares. Disponível em:

<http://mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/restaurantespopulares>

2.5.1 - Qual o VALOR MÉDIO do subsídio para UMA REFEIÇÃO servida NO HORÁRIO DO ALMOÇO? (v9943)

Informe o valor médio do subsídio que o município garante para as refeições no horário do almoço.

2.6 - Qual o VALOR MÉDIO cobrado por UMA REFEIÇÃO no HORÁRIO DO ALMOÇO no ÚLTIMO MÊS? (v9122)

Informe o valor médio cobrado por uma refeição no horário do almoço no último mês.

- Custo de Refeições Produzidas por Restaurantes Populares:

Os Restaurantes Populares caracterizam-se pela oferta de refeições a preços acessíveis, com subsídio do poder público, sem visar lucro financeiro.

2.7 - Quantas pessoas são atendidas EM MÉDIA no HORÁRIO DO ALMOÇO no Restaurante Popular? (v9121)

Informe a quantidade média de pessoas atendidas no Restaurante Popular com refeições no horário do almoço.

- Expectativa Mínima de Produção de Refeições para Restaurantes Populares:

A produção mínima esperada para Restaurantes Populares é de mil refeições diárias, no horário do almoço, por, no mínimo, cinco dias por semana" (1, pp. 7), "em municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes" (2); sempre respeitando as características culturais e hábitos alimentares da região.

Referências Bibliográficas

(1) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Restaurantes Populares - Roteiro de Implantação 2007. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/restaurantespopulares>

(2) - Brasil Sem Miséria. Plano Brasil Sem Miséria. Segurança Alimentar.

Disponível em: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/aceso-servicos/seguranca-alimentar>

2.8 - O Restaurante Popular tem preços diferenciados nas refeições para algum BLOCO social? (v9124)

- Sim
- Não
- Não sabe

Informe se as refeições ofertadas pelo Restaurante Popular têm preços diferenciados para alguns Grupos sociais específicos.

- Grupos Sociais Acolhidos pelo Programa de Restaurantes Populares:
Os Grupos Sociais acolhidos pelo programa de Restaurantes populares são: trabalhadores de baixa renda, formais e/ou informais; idosos; desempregados; estudantes; e população em situação de risco ou vulnerabilidade alimentar e nutricional (1).

Referência Bibliográfica

(1)- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Restaurantes Populares - Roteiro de Implantação 2007. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/restaurantespopulares>

2.8.1 - Para quais Grupos sociais há preços diferenciados nas refeições servidas no restaurante popular? (v9125)

- Crianças
- Idosos
- Famílias Inscritas no CadÚnico
- Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família
- Pessoas em Situação de Rua
- Pessoas Desempregadas
- Servidores Públicos
- Indígenas, quilombolas e outros representantes de povos e comunidades tradicionais
- Outros Grupos Sociais

Indicar se há preços diferenciados nas refeições servidas no Restaurante Popular. Identifique para quais Grupos sociais o Restaurante Popular garante preços diferenciados: idosos; famílias inscritas no CadÚnico; famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; pessoas em situação de rua; pessoas desempregadas; servidores públicos; indígenas, quilombolas e outros representantes de povos e comunidades tradicionais; ou outros Grupos sociais.

- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico):
É um sistema informatizado que consolida os dados coletados de famílias beneficiárias de programas sociais do Governo Federal. Caracteriza-se por ser um "instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm: renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. Permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. (...) Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo" (1).

- Programa Bolsa Família:
"É um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país". "Tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos". "Possui três eixos principais: a) a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; b) as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e c) as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade". "A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal" (2).

- Quilombolas - Remanescentes de Quilombos:
Comunidades regionais constituídas por descendentes de refugiados do regime

escravocrata do Brasil colônia (3).

- Povos e Comunidades Tradicionais

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. No Brasil, dentre os "povos" destacam-se os indígenas, os quilombolas, os caboclos, os pomeranos (povo de origem eslava ocidental das tribos dos Wendes) dentre outros. Dentre as comunidades tradicionais do Brasil, destacam-se faxinalenses, povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, catadoras de mangaba, quebradeiras de coco-de-babaçu, povos de terreiro ou de matriz africana, comunidades tradicionais pantaneiras, pescadores, caiçaras, extrativistas, pomeranos, retireiros do Araguaia e comunidades de fundo de pasto (3).

Referências Bibliográficas

(1) - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Bolsa Família. Cadastro Único. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>

(2) - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

(3) - Ministério da Saúde. Comunidades Tradicionais e Quilombolas. Disponível em:

http://www.saude.rs.gov.br/upload/1337786300_Comunidades%20Tradicionais-%20Quilombolas-%20por%20Regi%c3%b5es.pdf

2.8.1.1 - Para quais outros Grupos sociais há preços diferenciados nas refeições servidas no Restaurante Popular? (v9126)

Caso as opções da questão anterior não tenham contemplado, descreva quais são os outros Grupos sociais para os quais são garantidos preços diferenciados nas refeições do Restaurante Popular.

2.9 - O Restaurante Popular recebe alimentos do PAA? (v9127)

- Sim
- Não
- Não sabe

Informe se o Restaurante Popular recebe ou não alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos.

- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos:

Aquisição de alimentos da agricultura familiar "com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social. Esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a Grupos populacionais específicos (1).

- Chamada Pública de Compras Institucionais:

"É um processo para formalização de dispensa de licitação, prevista nos artigos 14, §1º, da Lei nº 11.947/2009 e 18, §1º, da Resolução nº 38, com procedimentos específicos, estabelecendo prioridades para contratar em razão das características do fornecedor" (2), observando preços compatíveis com o mercado local e os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência inscritos no art. 37 da Constituição Federal (3,4).

- Compra Direta:

"A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar permite a compra de produtos específicos definidos pelo BLOCO Gestor do PAA para formação de estoques públicos, destinados a ações de abastecimento social ou venda. Dessa forma, cumpre um importante papel na regulação de preços de alimentos, na movimentação de safras e estoques e na promoção da segurança alimentar e nutricional. Os produtos adquiridos pela Compra Direta têm sido utilizados especialmente para compor as cestas de alimentos distribuídas a Grupos

populacionais específicos" (5).

- Compra com Doação Simultânea (via adesão do estado ou do município ou via Conab):

"A Modalidade Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo BLOCO Gestor do PAA, à rede pública e filantrópica de ensino" (6).

Referências Bibliográficas

(1)- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Programa de Aquisição de Alimentos. 2014. Disponível

em:<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>

(2)- Presidência da República. Lei 11.947/2009 x Lei 8.666/1993. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/711767/lei-11947-09#art-18>

(3)- Presidência da República. Lei 11947/09. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm

(4)- Palácio do Planalto. Constituição Federal. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm(5)- Jusbrasil.

Licitação. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=licita%C3%A7%C3%A3o>

(5)- Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SESAN. Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Compra Direta. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/compra-direta>

(6) - SESAN/PAA/ Compra com Doação Simultânea:

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar/entenda-o-paa/modalidades-1/resolveuid/9e361ef4e944402c9bf43480d509ecbd>

2.10 - O Restaurante Popular está sendo construído com quais recursos orçamentários? (v9130)

- Com recursos do município
- A partir de parceria e recursos do Estado
- A partir de parceria e recursos da iniciativa privada
- A partir de parceria e recursos do MDS
- Outra forma de financiamento
- Não Sabe

Caso o Restaurante Popular ainda esteja em fase de construção, informar quais fontes de financiamento estão sendo utilizadas.

Indicar se o restaurante popular foi construído, ou com recursos orçamentários do município, ou a partir de parceria e recursos do Estado, ou a partir de parceria e recursos da iniciativa privada, ou a partir de parceria e recursos do MDS, ou com outra forma de financiamento.

- Recursos Orçamentários para Construção de Restaurante Popular:

Recursos orçamentários da União para restaurantes populares podem provir do Estado, Distrito Federal ou Município, para construção e implantação; modernização e/ou qualificação; manutenção da estrutura física; e para subsídio de refeições, total ou parcial dos restaurantes populares. Recursos orçamentários podem, igualmente, provir da iniciativa privada ou de outra forma de financiamento.

2.10.1 - Com qual outro recurso foi construído o Restaurante Popular? (v9131)

Informe que outra fonte de recursos foi utilizada para construção do Restaurante Popular.

2.11 - Existe algum fluxo de trabalho ou parceria do Restaurante Popular para atendimento dos usuários da rede (direta ou indireta) da Assistência Social? (v14137)

- Sim
- Não
- Não Sabe

2.11.1 - O fluxo de trabalho ou parceria é realizado entre o Restaurante Popular e quais equipamentos da rede direta ou indireta da Assistência Social? (v14138)

- CRAS
- CREAS
- Centro POP
- Unidades de Acolhimento Institucional (abrigos institucionais, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva e república)
- Unidades privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS (inscritas nos Conselhos de Assistência Social)
- Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social

MAPASAN 2018 - Formulário 4.3 - EPSAN - Cozinha Comunitária

1 - Nome de Identificação da Cozinha Comunitária: (v9136)

Informe o nome ou a denominação da Cozinha Comunitária.

1.1 - Endereço da cozinha comunitária: (v9137)

Endereço completo da Cozinha Comunitária.

1.2 - Bairro: (v9138)

Bairro da Cozinha Comunitária.

1.3 - CEP: (v9139)

CEP da Cozinha Comunitária.

1.4 - Cidade: (v9140)

Preenchido automaticamente pelo sistema.

1.5 - Estado (UF): (v9141)

Preenchido automaticamente pelo sistema.

1.6 - Telefone: (v9142)

Telefone da Cozinha Comunitária com DDD.

1.7 - E-mail: (v9143)

Informe o e-mail da Cozinha Comunitária ou do responsável administrativo.

1.8 - Página da internet (site): (v9144)

Caso exista, informe o endereço do website da Cozinha Comunitária ou com informações sobre o EPSAN.

2 - Qual a situação da cozinha comunitária? (v9145)

- Em funcionamento
- Em construção
- Paralisado

Informar a situação atual da Cozinha Comunitária.

2.1 - A Cozinha Comunitária foi construída com quais recursos orçamentários? (v9157)

- Com recursos do município
- A partir de parceria e recursos do Estado
- A partir de parceria e recursos da iniciativa privada
- A partir de parceria e recursos do MDS
- Outra forma de financiamento
- Não Sabe

Informe quais foram as fontes de financiamento que viabilizaram a construção da Cozinha Comunitária.

2.2 - Qual o regime de gestão (provisão do serviço ou natureza jurídica) utilizado na cozinha comunitária (v9146)

- Direta
- Semidireta
- Indireta
- Outra
- Não sabe

Selecione a opção que informa qual é o regime de gestão da Cozinha Comunitária.

2.3 - Há recursos para gestão, custeio ou manutenção da cozinha comunitária, previstos no orçamento municipal em 2018? (v9147)

- Sim
- Não
- Não sabe

Informe se o município garantiu previsão orçamentária para gestão, custeio ou manutenção da Cozinha Comunitária, no orçamento municipal em 2015.

2.3.1 - Qual o valor do recurso previsto no orçamento municipal de 2018? (v9148)

Informe o valor da previsão orçamentária para gestão, custeio ou manutenção da Cozinha Comunitária, no orçamento municipal em 2015.

2.4 - Qual o custo médio para o preparo de uma refeição servida no horário do almoço no último mês? (v9152)

Informe o custo médio de uma refeição servida no horário do almoço no último mês.

2.5 - O município subsidia o custo das refeições no horário de almoço na cozinha comunitária? (v9149)

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não subsidia
- Não sabe

Informe se o município garante algum subsídio para o custeio das refeições ofertadas pela Cozinha Comunitária servidas no almoço.

2.5.1 - Qual o VALOR MÉDIO do subsídio para UMA REFEIÇÃO servida NO HORÁRIO DO ALMOÇO? (v9948)

Informe o valor médio do subsídio que o município garante para refeições no horário do almoço.

2.6 - Qual o VALOR MÉDIO cobrado por UMA REFEIÇÃO no HORÁRIO DO ALMOÇO no ÚLTIMO MÊS? (v9151)

Informe o valor médio cobrado por uma refeição no horário do almoço no último mês.

2.7 - Quantas pessoas são atendidas EM MÉDIA no HORÁRIO DO ALMOÇO na Cozinha Comunitária? (v9150)

Informe a quantidade média de pessoas atendidas na Cozinha Comunitária com refeições no horário do almoço.

2.8 - A Cozinha Comunitária tem preços diferenciados nas refeições para algum BLOCO social? (v9153)

- Sim
- Não
- Não sabe

Informe se as refeições ofertadas pela Cozinha Comunitária têm preços diferenciados para alguns Grupos sociais específicos.

2.8.1 - Para quais Grupos sociais há preços diferenciados nas refeições servidas na cozinha comunitária? (v9154)

- Crianças
- Idosos
- Famílias Inscritas no CadÚnico
- Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família
- Pessoas em Situação de Rua
- Pessoas Desempregadas
- Servidores Públicos
- Indígenas, quilombolas e outros segmentos de povos e comunidades tradicionais
- Outros Grupos Sociais

Identifique para quais Grupos sociais a Cozinha Comunitária garante preços diferenciados.

2.9 - A Cozinha Comunitária recebe alimentos do PAA? (v9156)

- Sim
- Não
- Não sabe

Caso as opções da questão anterior não tenham contemplado, descreva quais são os outros Grupos sociais para os quais são garantidos preços diferenciados nas refeições da Cozinha Comunitária.

2.10 - Qual o motivo da paralisação dos serviços da cozinha comunitária? (v9159)

- Para realização de obras e reformas
- Foi embargado pela vigilância sanitária
- Foi embargado por órgão de urbanismo/arquitetura da prefeitura/gestão local

- Por falta de capacidade técnica para operar
- Foi embargado por motivos judiciais
- Por falta de utilidade
- Por falta de recursos para o custeio e manutenção
- Por opção da Gestão Municipal
- Por outro motivo
- Não sabe

Caso a construção da Cozinha Comunitária esteja paralisada, informe quais os motivos desta paralisação.

2.10.1 - Qual foi o outro motivo que levou a paralisação dos serviços da Cozinha Comunitária? (v9160)

Apresentar o outro motivo que levou a paralisação dos serviços da Cozinha Comunitária, diferente dos listados na questão 11.

2.11 - A Cozinha Comunitária está sendo construída com quais recursos orçamentários? (v9163)

- Com recursos do município
- A partir de parceria e recursos do Estado
- A partir de parceria e recursos da iniciativa privada
- A partir de parceria e recursos do MDS
- Outra forma de financiamento
- Não Sabe

Informe que outra fonte de recursos está sendo utilizada para construção da Cozinha Comunitária.

2.12 - Existe algum fluxo de trabalho ou parceria da Cozinha Comunitária para atendimento dos usuários da rede (direta ou indireta) da Assistência Social? (v14143)

- Sim
- Não
- Não Sabe

2.12.1 - O fluxo de trabalho ou parceria é realizado entre a Cozinha Comunitária com quais equipamentos da rede direta ou indireta da Assistência Social? (v14144)

- CRAS
- CREAS
- Centro POP
- Unidades de Acolhimento Institucional (abrigos institucionais, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva e república)
- Unidades privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS (inscritas nos Conselhos de Assistência Social)
- Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social

MAPASAN 2018 - Formulário 4.4 - EPSAN - Banco de Alimentos

1 - Nome de Identificação do banco de alimentos: (v9165)

Informe o nome ou a denominação do Banco de Alimentos.

1.1 - Endereço do Banco de Alimentos: (v9166)

Endereço completo do Banco de Alimentos.

1.2 - Bairro: (v9167)

Informe o Bairro do Banco de Alimentos

1.3 - CEP: (v9168)

Informe o CEP do Banco de Alimentos.

1.4 - Cidade: (v9169)

Preenchido automaticamente pelo sistema.

1.5 - Estado (UF): (v9170)

Preenchido automaticamente pelo sistema.

1.6 - Telefone: (v9171)

Informe o telefone do Banco de Alimentos.

1.7 - E-mail: (v9172)

Informe o e-mail para contato com responsável pelo Bando de Alimentos.

1.8 - Página da internet (site): (v9173)

Caso exista, informe o endereço do website com informações sobre o Banco de Alimentos..

2 - Qual a situação atual do Banco de Alimentos? (v9174)

- Em funcionamento
- Em construção
- Paralisado

Selecione a opção que informa qual é a situação atual do Banco de Alimentos.

2.1 - O Banco de Alimentos foi construído com quais fontes de financiamento? (v14322)

- Com recursos do município
- A partir de parceria e recursos do Estado
- A partir de parceria e recursos da iniciativa privada
- A partir de parceria e recursos do MDS
- Outra forma de financiamento
- Não sabe

Caso o EPSAN já tenha sido construído, selecionar as opções que correspondem às fontes de recursos utilizadas para construção do Banco de Alimentos.

2.1.1 - Com qual outro recurso está sendo construído o Banco de Alimentos? (v14324)

Informe que outra fonte de recursos está sendo utilizada para construção o Banco de Alimentos.

2.2 - O Banco de Alimentos está sendo construído com quais recursos orçamentários? (v9188)

- Com recursos do município
- A partir de parceria e recursos do Estado
- A partir de parceria e recursos da iniciativa privada
- A partir de parceria e recursos do MDS
- Outra forma de financiamento
- Não sabe

Caso o EPSAN já tenha sido construído, selecionar as opções que correspondem às fontes de recursos utilizadas para construção do Banco de Alimentos.

2.2.1 - Com qual outro recurso está sendo construído o Banco de Alimentos? (v9189)

Informe que outra fonte de recursos está sendo utilizada para construção o Banco de Alimentos.

2.3 - Qual o motivo da paralisação dos serviços do Banco de Alimentos? (v9190)

- Para realização de obras e reformas
- Foi embargado pela vigilância sanitária
- Foi embargado por órgão de urbanismo/arquitetura da prefeitura/gestão local
- Por falta de capacidade técnica para operar
- Foi embargado por motivos judiciais
- Por falta de utilidade
- Por falta de recursos para o custeio e manutenção
- Por opção da Gestão Municipal
- Por outro motivo
- Não sabe

Indicar se o motivo da paralisação dos serviços do Banco de Alimentos foi, ou para realização de obras e reformas, ou por embargo pela vigilância sanitária, ou por embargo por órgão de urbanismo/arquitetura da prefeitura/gestão local, ou por falta de capacidade técnica para operar, ou por embargo por motivos judiciais, ou por falta de utilidade, ou por falta de recursos para o custeio e manutenção, ou por opção da Gestão Municipal, ou por outro motivo.

- Embargo de Banco de Alimentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA:
"Interdição parcial ou total de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos" (1), que infrinjam as exigências sanitárias dispostas na legislação Sanitária para estabelecimentos de estocagem de alimentos. "Aplicada a penalidade de interdição, essa vigorará até que o infrator cumpra as medidas exigidas pela

legislação sanitária, solicite a realização de nova inspeção sanitária e que a autoridade julgadora se manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneira fundamentada" (1).

- Embargo de Banco de Alimentos por órgão de urbanismo/arquitetura da prefeitura/gestão local:
Interdição de edificações que infrinjam as exigências dispostas na legislação ou código de edificação de obras da prefeitura ou gestão local. Essas exigências objetivam estabelecer padrões de qualidade dos espaços edificados, visando segurança, conforto, higiene e saúde dos usuários e demais cidadãos.

- Embargo de Banco de Alimentos por motivos judiciais:
Interdição ou proibição de funcionamento do estabelecimento por motivos de ordem Judicial.

Referências Bibliográficas

(1)- Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. Instrumentos Legais de Vigilância Sanitária. Disponível em:
<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/eb49a800474595779d6ddd3fbc4c6735/Instrumentos+Legais+de+Vigilancia+Sanitaria.pdf?MOD=AJPERES>

2.3.1 - Qual foi o outro motivo que levou a paralisação dos serviços do Banco de Alimentos? (v9191)

Informe quais foram os outros motivos da paralisação dos serviços do Banco de Alimentos do município.

3 - Qual o regime de gestão (provisão do serviço ou natureza jurídica) utilizado no Banco de Alimentos? (v9175)

- Direta
- Semidireta
- Indireta
- Outra
- Não sabe

Selecione a opção que informa qual é o regime de gestão utilizado no Banco de Alimentos.

4 - Há recursos para gestão, custeio ou manutenção do Banco de Alimentos, previstos no orçamento municipal em 2018? (v9176)

- Sim
- Não
- Não sabe

Informe se o município garantiu previsão orçamentária, em 2015, para gestão, custeio ou manutenção do Banco de Alimentos.

4.1 - Qual valor foi previsto no orçamento municipal de 2018 para gestão, custeio ou manutenção do Banco de Alimentos? (v9177)

Informe o valor previsto no orçamento municipal de 2015 para gestão, custeio ou manutenção do Banco de Alimentos.

5 - Para quem ou para onde são repassados os alimentos recebidos pelo Banco de Alimentos? (v9178)

- Direto para o cidadão
- Unidades Escolares (creche, pré-escola, ensino fundamental, médio ou de Jovens Adultos – EJA)
- Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS)
- Centros de Referência Especializados em População de Rua (Centro POP)
- Unidades de Acolhimento Institucional (abrigo institucionais, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva e república)
- Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS (inscritas nos Conselhos de Assistência Social)
- Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social
- Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (hospitais, unidades prisionais, unidades do sistema socioeducativo, restaurantes populares e cozinhas comunitárias)
- Associações beneficentes (religiosas, de moradores, etc.)
- Unidades de Atendimento para Pessoas com Deficiência (inclusive associações, APAE, etc.)
- Outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil

Selecione as opções que correspondem aos destinatários dos alimentos recebidos pelo Banco de Alimentos.

5.1 - Para quais outros Grupos sociais ou outras entidades são repassados os alimentos recebidos no Banco de Alimentos? (v9179)

Liste os outros Grupos sociais ou outras entidades para os quais são repassados os alimentos do Banco de Alimentos.

6 - Quantas ENTIDADES, em MÉDIA, são beneficiadas MENSALMENTE com alimentos do Banco de Alimentos? (v9180)

Informe a QUANTIDADE MÉDIA MENSAL de ENTIDADES beneficiadas com alimentos do Banco de Alimentos.

6.1 - Quantas PESSOAS, em MÉDIA, são beneficiadas MENSALMENTE com os alimentos entregues pelo Banco de Alimentos para estas entidades? (v9181)

Informe a QUANTIDADE MÉDIA MENSAL de PESSOAS beneficiadas com alimentos do Banco de Alimentos doados às entidades informadas na questão 5.2.

6.2 - Quantos QUILOS de alimentos em MÉDIA são distribuídos pelo Banco de Alimentos MENSALMENTE? (v9182)

Informe a MÉDIA MENSAL de alimentos distribuídos pelo Banco de Alimentos EM QUILOGRAMAS.

7 - O Banco de Alimentos funciona dentro da sua capacidade operacional de receber alimentos? (v9183)

- Abaixo da capacidade operacional
- No limite da capacidade operacional
- Pouco acima da capacidade operacional
- Muito acima da capacidade operacional
- Não sabe

Selecione a opção que corresponde ao funcionamento do Banco de Alimentos em relação à sua capacidade operacional de recebimento de alimentos.

8 - Qual a procedência das doações dos alimentos recebidos pelo Banco de Alimentos? (v9185)

- Programa Aquisição de Alimentos - PAA
- Rede Varejista
- Indústrias
- CEASAs
- Outras procedências
- Não sabe

Selecione as opções que correspondem aos principais doadores de alimentos ao Banco de Alimentos.

8.1 - Quais são as outras procedências dos alimentos entregues ao banco de alimentos? (v9186)

Caso a questão anterior não tenha contemplado, informe quais são as outras procedências de doações de alimentos ao Banco de Alimentos.

9 - O Banco de Alimentos opera a logística de alimentos adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)? (v9187)

- Sim
- Não
- Não sabe

Informe se o Banco de Alimentos participa na operação logística de alimentos adquiridos pelo PNAE no município ou em municípios vizinhos.

10 - O Banco de Alimentos opera a logística de alimentos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)? (v14320)

- Sim
- Não
- Não Sabe

BLOCO 1

1 - Nome de Identificação da Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar: (v9196)	Informe o nome ou a denominação da Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar.
1.1 - Endereço da Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar: (v9197)	Informe o endereço da Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar (UADAF).
1.2 - Bairro: (v9198)	Informe o Bairro da UADAF
1.3 - CEP: (v9199)	Informe o CEP da UADAF
1.4 - Cidade: (v9200)	Preenchido automaticamente pelo sistema.
1.5 - Estado (UF): (v9201)	Preenchido automaticamente pelo sistema.
1.6 - Telefone: (v9202)	Informe o telefone da UADAF com DDD
1.7 - E-mail: (v9203)	Informe o e-mail da UADAF ou do responsável administrativo.
1.8 - Página da internet (site): (v9204)	Caso exista, informe o endereço do website da UADAF ou com informações sobre o EPSAN.

BLOCO 2

2 - Qual a situação da Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar? (v9205)	<input type="radio"/> Em funcionamento <input type="radio"/> Em construção <input type="radio"/> Paralisado
	Informar a situação atual da UADAF.
2.1 - A Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar foi construída com quais recursos? (v9991)	<input type="checkbox"/> Com recursos do município <input type="checkbox"/> A partir de parceria e recursos do Estado <input type="checkbox"/> A partir de parceria e recursos da iniciativa privada <input type="checkbox"/> A partir de parceria e recursos do MDS <input type="checkbox"/> Outra forma de financiamento <input type="checkbox"/> Não Sabe
	Informe quais foram as fontes de financiamento que viabilizaram a construção da UADAF.
2.2 - Qual é a origem dos recursos para manutenção da Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar? (v9993)	<input type="checkbox"/> Recursos próprios <input type="checkbox"/> Recursos repassados pelo Governo do Estado <input type="checkbox"/> Recursos repassados pelo Governo Federal <input type="checkbox"/> Recursos oriundos de parcerias com a iniciativa privada <input type="checkbox"/> Outra fonte de financiamento <input type="checkbox"/> Não sabe
	Informe quais foram as fontes de financiamento que viabilizam a manutenção da UADAF.
2.3 - Como se caracteriza a estrutura de funcionamento da Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar? (v14145)	

- Estrutura nova construída para funcionamento da UDAF
- Estrutura própria, mas a partir da adaptação de uma edificação existente
- Funciona de forma contínua, em estrutura compartilhada por outros órgãos
- Funciona de forma esporádica, em estrutura compartilhada por outros órgãos
- Outra estrutura de funcionamento
- Não Sabe

2.3.1 - Como você avalia a infraestrutura da Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar? (v9995)

- Excelente
- Satisfatória
- Insatisfatória
- Não Sabe

2.3.2 - O imóvel de funcionamento da UDAF é compartilhado? (v14164)

- Sim
- Não
- Não Sabe

2.3.3 - Especifique o tipo de unidade com a qual a UDAF compartilha o imóvel: (v14165)

- Secretaria da Assistência Social ou congênere
- Secretaria de Agricultura ou congênere
- Secretaria de Educação ou congênere
- Câmara Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Administração Regional, Sub-Prefeitura etc)
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- Outra unidade pública de serviços da Assistência Social
- Empresa Pública de Assistência Técnica Rural (ATER)
- Banco de Alimentos
- Restaurante Popular ou Cozinha Comunitária
- Feira Popular
- Outro Equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional
- ONG/Entidade/ Associação Comunitária
- Cooperativa ou Associação da Agricultura Familiar
- Outros

2.3.4 - Especifique quais espaços do imóvel são compartilhados entre a UDAF e a(s) outra(s) Unidade(s): (v14166)

- Apenas o endereço é o mesmo, mas todos os espaços da UDAF são independentes e de uso exclusivo, inclusive a entrada
- Entrada / Porta de Acesso
- Recepção
- Algumas salas
- Todas as salas
- Salas administrativas
- Banheiros
- Copa/cozinha
- Área Externa
- Almoarifado ou similar
- Outros

2.4 - Qual o regime de gestão (provisão do serviço ou natureza jurídica) utilizado na Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar? (v9206)

- Direta
- Semidireta
- Indireta
- Outra
- Não sabe

Selecione a opção que informa qual é o regime de gestão da UDAF.

2.5 - Há recursos para gestão, custeio ou manutenção da Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar, previstos no orçamento municipal em 2018? (v9207)

- Sim
- Não

Não sabe

Informe se o município garantiu previsão orçamentária para gestão, custeio ou manutenção da UADAF, no orçamento municipal em 2015.

2.5.1 - Qual o valor do recurso previsto no orçamento municipal para gestão, custeio ou manutenção das Unidades de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar em 2018? (v9208)

Informe o valor da previsão orçamentária para gestão, custeio ou manutenção da UADAF, no orçamento municipal em 2015.

2.6 - Quantas ENTIDADES, em MÉDIA, são atendidas com os alimentos entregues na Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar, MENSALMENTE? (v9209)

Informe a QUANTIDADE MÉDIA MENSAL de ENTIDADES beneficiadas com alimentos distribuídos pela UADAF.

2.7 - Quantos QUILOS de alimentos, em MÉDIA, são distribuídos pela Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar MENSALMENTE? (v9210)

Informe a MÉDIA MENSAL de alimentos distribuídos pela UDAF, EM QUILOGRAMAS.

2.8 - A Unidade de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar opera alimentos de quais programas, serviços ou equipamentos? (v9211)

- Programa Aquisição de Alimentos - PAA
- Rede Varejista
- Indústrias
- CEASAs
- Outros programas, serviços ou equipamentos
- Não Sabe

Informe para quais programas a UDAF contribui na operação logística de alimentos.

2.8.1 - Quais são os outros programas que operam a entrega de alimentos na Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar? (v9212)

Descreva quais são os outros programas que operam a entrega de alimentos através da UDAF.

2.9 - Quais equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil recebem alimentos distribuídos pelas Unidades de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar? (v9996)

- Unidades Escolares (creche, pré-escola, ensino fundamental, médio ou de Jovens Adultos – EJA)
- Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS)
- Centros de Referência Especializados em População de Rua (Centro POP)
- Unidades de Acolhimento Institucional (abrigos institucionais, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva e república)
- Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS (inscritas nos Conselhos de Assistência Social)
- Unidades privadas sem fins lucrativos não inscritas nos Conselhos de Assistência Social
- Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (hospitais, unidades prisionais, unidades do sistema socioeducativo, restaurantes populares e cozinhas comunitárias)
- Associações beneficentes (religiosas, de moradores, etc.)
- Unidades de Atendimento para Pessoas com Deficiência (inclusive associações, APAE, etc.)
- Outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil

Selecione as opções que correspondem aos equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil que recebem alimentos distribuídos pela UDAF.

2.9.1 - Quais são os outros equipamentos públicos ou organizações da sociedade civil recebem alimentos das Unidades de Apoio à Distribuição da Agricultura Familiar? (v9997)

2.10 - A Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar está sendo construída com quais recursos orçamentários? (v9219)

- Com recursos do município
- A partir de parceria e recursos do Estado
- A partir de parceria e recursos da iniciativa privada
- A partir de parceria e recursos do MDS
- Outra forma de financiamento
- Não Sabe

Informe quais são as fontes de financiamento que viabilizam a construção da UDAF.

2.11 - Qual o motivo da paralisação dos serviços da Unidade de Distribuição da Agricultura Familiar? (v9215)

- Para realização de obras e reformas
- Foi embargado pela vigilância sanitária
- Foi embargado por órgão de urbanismo/arquitetura da prefeitura/gestão local
- Por falta de capacidade técnica para operar
- Foi embargado por motivos judiciais
- Por falta de utilidade
- Por falta de recursos para o custeio e manutenção
- Por opção da Gestão Municipal
- Por outro motivo
- Não sabe

Informe quais foram os motivos que provocaram a paralisação dos serviços da UDAF.